

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 19

DIÁRIO DO ESTADO - COXIM - MS - DIÁRIO DO ESTADO MS
ANFIP

Prêmio Tributare recebe inscrições até 31 de julho 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Portal do programa Negocia DF será lançado até o fim de julho - CAPITAL S/A 4

VALOR ONLINE - NOTICIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Incerteza faz Brasil perder oportunidades 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

"Não dá mais para negar o problema fiscal" 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Mais uma bomba previdenciária (Editorial) 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

MP tributária deve 'caminhar bem', diz Motta 12

O GLOBO - RJ - CAPA
SEGURIDADE SOCIAL

Sem reformas, gasto com Previdência e BPC subirá R\$ 600 bi nos próximos 15 anos 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

PRESSÃO ETÁRIA 14

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

DESEQUILÍBRIO EM CONTAS PÚBLICAS É BOMBA-RELÓGIO 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

INSS pode precisar de R\$ 3 bi em crédito extraordinário 18

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Benefícios podem ser pedidos mesmo sem carteira assinada 20

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS prevê desconto de até 30% na aposentadoria em caso de devolução duplicada 21

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Sem reforma, gasto com Previdência e BPC vai subir R\$ 600 bi em 15 anos 23

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

REFORMA NÃO TRARÁ REDUÇÃO DE GASTOS 25

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pacote de gestos 27

VALOR ONLINE - NOTICIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ajuste fiscal depende de todos, afirma presidente da Fiesp 29

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas querem novo prazo para escolha de regime tributário 31

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bancos fazem previsões otimistas para mercado de ações no segundo semestre 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Receitas dos EUA com tarifas explodem na guerra comercial 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cenário favorece real mais apreciado até o fim do ano 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Populismo político é prejudicial à inovação 39

O GLOBO - RJ - ESPECIAL
ECONOMIA

CUSTOS DO JUDICIÁRIO CHEGAM A 1,4% DO PIB 41

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Setor de bebidas investe 8% mais em anúncios, mas cresce abaixo do PIB 43

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Motta acena com diálogo após polêmica sobre IOF 45

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Itália encurta distância para a Alemanha nos juros 46

Prêmio Tributare recebe inscrições até 31 de julho

Estão abertas até o dia 31 de julho as inscrições para a edição 2025 do Prêmio Tributare, que reconhece iniciativas inovadoras, criativas e com resultados comprovados na administração tributária brasileira. A premiação, organizada pela FEBRAFITE (Associação Nacional de Fiscais de **Tributos** Estaduais), identifica, dissemina e valoriza boas práticas de administração tributária, que contribuam diretamente com a sociedade e com a qualidade do relacionamento entre as administrações tributárias e os contribuintes.

As iniciativas submetidas devem ter sido implementadas há no máximo três anos, apresentar resultados concretos e impacto social positivo. Podem se inscrever Auditores Fiscais e servidores das administrações tributárias, federais, estaduais, distrital e municipais, em caráter individual ou

coletivo, por meio de formulário eletrônico disponível no site: [ht-tps://premiotributare.org.br/](https://premiotributare.org.br/)

A iniciativa prevê prêmios em dinheiro aos vencedores, que serão anunciados em cerimônia que será realizada em Brasília. O primeiro colocado vai receber R\$ 15 mil; o segundo R\$ 10 mil; e o terceiro, R\$ 5 mil.

A avaliação dos trabalhos inscritos será feita por uma Comissão Julgadora composta por indi-

cações de órgãos representativos de intermediários tributários e membros da sociedade civil, cujo conhecimento técnico permita uma avaliação justa e imparcial dos concorrentes.

"O Prêmio Tributare é mais do que um reconhecimento, é um incentivo concreto à inovação no serviço público e à construção de uma administração tributária cada vez mais eficiente, transparente e conectada com as necessidades

da sociedade", afirma o coordenador-geral do Prêmio, Rossini Dias, diretor da FEBRAFITE.

A iniciativa conta com parcerias de peso: BID (Banco Intera-mericano de Desenvolvimento), Unafisco Nacional, Sindifisco Nacional, **Anfip**, Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais (ENCAT), e Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

(Receita Federal)

Site:

https://cdn.diariodoestadoms.com.br/upload/dn_arquivo/2025/07/jornal-diario-do-estado-compressed.pdf

Portal do programa Negocia DF será lançado até o fim de julho - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Sancionado pelo governador Ibaneis Rocha no mês passado, o programa Negocia DF autoriza pessoas e empresas com dívidas com a administração pública a negociarem formas de quitação diretamente com a Secretaria de Economia. A novidade é que será lançado até o fim de julho um portal para que os interessados possam fechar os acordos de quitação de dívidas. Poderão apresentar requerimento, manifestando interesse na conciliação. Haverá, também, outra modalidade: por adesão ao edital. O primeiro deve ser divulgado em agosto.

Reunião da Câmara de Finanças e Tributação

3 3

As informações foram confirmadas pela procuradora-chefe das Ações Tributárias da Procuradoria da Fazenda do Distrito Federal, Maria Auxiliadora Durán, durante reunião da Câmara de Finanças e Tributação da Fecomércio-DF. Ela explicou que todas as informações, requerimentos e adesões ocorrerão por meio do portal eletrônico conelia.pg.df.gov.br, em fase final de construção.

Pessoa física e jurídica

O encontro reuniu conselheiros de diversas entidades públicas e representantes do setor empresarial para discutir detalhes do Negocia DF. "A transação será aberta a todos os públicos, pessoas físicas e jurídicas, com débitos inscritos na dívida ativa do Distrito Federal. É fundamental que cada contribuinte avalie qual modalidade melhor se adéqua ao seu caso" explicou a procuradora.

Reflexos ainda da pandemia

O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, ressaltou a importância da iniciativa para a recuperação econômica do setor empresarial. "Desde 2020, com a pandemia, os empresários enfrentam grandes dificuldades. Muitos deixaram de pagar **impostos** não por vontade própria, mas por absoluta falta de condições. Agora, terão a oportunidade de regularizar pendências e seguir gerando emprego e renda" afirmou.

Financiamento do Brics para usina fotovoltaica no DF

Um empréstimo para a CEB está aprovado pelo board do Banco do Brics desde dezembro de 2024, estimado em 77 milhões de euros.

Mas falta previsão para liberar efetivamente os recursos. O presidente da Companhia Energética de Brasília (CEB), Edison Garcia, participou no Rio de Janeiro da 10ª reunião anual do conselho do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), o Banco do Brics e pediu a liberação dos recursos.

Capital da iluminação solar

Durante o encontro, Garcia se reuniu com Aguinaldo Barbieri, recém-empossado como diretor regional do NDB no Brasil.

O financiamento é para a construção de uma usina fotovoltaica com capacidade superior a 100 MW, que faz parte do projeto Brasília Capital da Iluminação Solar.

Barbieri afirmou que a instituição irá empenhar esforços para agilizar os trâmites.

GDF e Palácio do Planalto

O presidente da CEB também conversou com a presidente do Banco dos Brics, Dilma Rousseff, sobre o projeto. A meta, com a usina, é reduzir significativamente o consumo de energia elétrica nos edifícios governamentais do GDF, da EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) e do Palácio do Planalto.

Haddad abre nova crise com setor produtivo, depois do IOF

Diversas confederações empresariais do setor produtivo enviaram alerta ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre os riscos das novas exigências para abertura de empresas. Em meio à crise institucional entre governo federal e Congresso por causa dos decretos do IOF, surge agora um novo tensionamento entre o ministério e o setor produtivo. As entidades já tinham reagido fortemente contra o aumento das alíquotas de IOF. Agora, o problema são as novas regras, previstas para entrar em vigor no próximo dia 27, com a implementação do Módulo de

Administração Tributária da **Receita Federal**.

Problemas apontados

- Nova etapa obrigatória na inscrição do CNPJ
- Aumento da burocracia e potencial atraso na liberação do CNPJ
- Fragmentação do fluxo processual
- Prazo exíguo para adaptação
- Riscos de retrabalho e insegurança jurídica
- Pedido de revisão e articulação institucional

"Gravidade de impactos"

As Confederações do Comércio, da Indústria e da Agricultura encaminharam ofício a Haddad, manifestando preocupação. E "diante da gravidade dos impactos" segundo o setor produtivo, as entidades pedem que o ministro articule com os órgãos competentes a reavaliação do escopo, dos prazos e dos meios de implementação do novo módulo.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/07/07/all.pdf>

Incerteza faz Brasil perder oportunidades

Por Fernanda Perrin - Para o Valor, de São Paulo

Governo e Congresso fizeram poucos avanços em resposta à fragilidade fiscal do Brasil, e a formação de um novo consenso que permita a aprovação de reformas estruturais para conter a alta de gastos obrigatórios parece mais longe. Esse quadro é agravado por incertezas globais (Donald Trump) e domésticas (eleições de 2026), desencadeando uma alta da volatilidade, avaliam agências de risco, gestores e economistas ouvidos pelo Valor.

Desde junho do ano passado, a mediana das expectativas para a taxa básica de juros ao final de 2025 subiu de 9,25% ao ano para 15% ao ano, de acordo com o Boletim Focus, do Banco Central.

A **inflação** medida pelo IPCA, por sua vez, foi de 3,78% nas previsões feitas há um ano para 5,68% em março. No boletim de 30 de junho, a expectativa era que os preços acumulem alta de 5,20% neste ano - ultrapassando, portanto, o teto da meta, de 4,5%. A expectativa para o dólar ao fim de 2025, que estava em R\$ 5,09 em junho de 2024, chegou a bater R\$ 6 nas projeções entre dezembro e fevereiro. Agora, recuou para R\$ 5,70, mas ainda assim em valores bem acima do esperado há um ano.

"A percepção de falta de urgência em reduzir os desequilíbrios fiscais contribuiu para que as expectativas de **inflação** do setor privado permanecessem acima da meta do Banco Central", diz Manuel Orozco, diretor e analista líder para Brasil da S P Global Ratings. "As preocupações com a trajetória fiscal também pressionam a taxa de câmbio. Em meio a um cenário de alta incerteza e volatilidade, tanto global quanto doméstica, o BC vendeu cerca de US\$ 21 bilhões em dezembro de 2024, com o objetivo de estabilizar o câmbio", acrescenta.

Hoje, a projeção é de um fortalecimento do real frente ao dólar - mas menos por mérito do Brasil do que por demérito dos americanos, ressalta Aquiles Mosca, CEO do BNP Paribas Asset Management Brasil. "Há alguns anos não víamos um fluxo de capitais tão forte para mercados emergentes, com investidores fazendo uma realocação dos portfólios de maneira global. Qualquer 1%, 2% que sair dos Estados Unidos é muito dinheiro para o restante do mundo", afirma.

Na avaliação dos analistas, o Brasil poderia estar explorando melhor essa oportunidade se não estivesse com um cenário fiscal tão conturbado.

"Vemos essa sucessão de medidas do lado dos **impostos**, do lado de gastos. É muito improvisado, sem coordenação com as principais forças políticas", completa Mosca, em referência ao vaivém de anúncios em relação ao IOF e à tributação de investimentos feitos pelo Ministério da Fazenda.

O CEO exemplifica como esse panorama conturbado afeta os investimentos no Brasil a partir da visão de investidores do Chile, onde o BNP Paribas lançou em junho fundo de renda fixa brasileira para os fundos de pensão chilenos. "Eles estão muito interessados em pegar esse movimento da Selic atingindo um pico, esse fechamento de taxa, mas toda conversa passa pelo risco fiscal", completa.

Na mesma linha, Samar Maziad, vice-presidente e analista sênior da Moody's responsável pela classificação soberana do Brasil, avalia que o país está um pouco menos exposto à volatilidade global por não ser tão dependente dos EUA quanto outras economias. "Vemos um pouco menos de impacto sobre o crescimento do Brasil, e até mesmo sobre a **inflação** e os preços dos ativos, em relação a outros países, na comparação com outros mercados emergentes", afirmou durante recente passagem por São Paulo.

Mesmo assim, a Moody's rebaixou a perspectiva da nota de crédito do Brasil de "positiva" para "estável" no fim de maio. Segundo Maziad, pesou para essa revisão a análise de que o sistema político - governo, Congresso, oposição - levará mais tempo para chegar a um consenso quanto às medidas necessárias para conter o aumento das despesas e criar mais espaço fiscal.

A dificuldade de negociação do governo com o Congresso e o alto nível de impopularidade também pressionam a volatilidade, diz Hudson Bessa, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), da Fipecafi, do Mackenzie e da Saint Paul. O problema tende a piorar conforme o pleito presidencial de 2026 se aproxima, avalia. "Ninguém duvida que a bolsa está descontada, mas com taxa de juros em 15% e volatilidade, todo mundo pensa: 'se eu errar, perdi 15%'."

Na visão de Silvio Campos Neto, da Tendências, o governo apostou que conseguiria expandir receitas para bancar a alta de gastos que acabaram não se concretizando, como o voto de qualidade no **Carf**. "Temos um contexto de expansão de despesas

obrigatórias que já se defrontam com um Orçamento com pouca margem de manobra, resultando numa dinâmica de dívida ascendente e insustentável", diz. "O principal impacto nem é só a volatilidade, mas uma deterioração da percepção de risco e, com isso, das taxas de juros."

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/agenda-brasil/noticia/2025/07/07/incerteza-faz-brasil-perder-opportunidades.ghtml>

"Não dá mais para negar o problema fiscal"

» ROSANA HESSEL

Em meio a mais uma crise política entre Executivo e Legislativo, por conta da derrubada pelo Congresso dos decretos de aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva caminha a passos largos para um colapso fiscal em 2026, em pleno ano eleitoral, mas continua com o discurso otimista, ignorando o problema. Essa é a avaliação da economista e escritora Zeina Latif, sócia da Gibraltar Consulting.

"Não dá mais para negar que tem problema fiscal. Esse é o único lado positivo. E esse problema caiu no colo do atual governo, porque, muitas vezes, acabava ficando para o seguinte. O dinheiro está acabando mesmo" alerta Latif, em entrevista ao Correio.

A economista critica o discurso do governo, que nega problemas e reforça o consenso entre analistas de contas públicas que o arcabouço fiscal não se sustenta e o Executivo só consegue cumprir a meta fiscal graças a "puxadinhos" no Orçamento. Entre esses

"puxadinhos" para cumprir a meta fiscal, o governo segue pedindo ajuda ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deu o aval para descontar os pagamentos de precatórios (dívidas judiciais), e, agora, para o desconto do pagamento do reembolso das vítimas das fraudes nas aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), revelado em maio.

Na avaliação de Zeina Latif, o cenário macroeconômico poderia estar em situação bem mais favorável, e o país deveria estar crescendo a um ritmo superior ao

atual. Embora o governo comemore indicadores positivos, como o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) acima das expectativas do mercado e a queda do desemprego para níveis historicamente baixos, os efeitos colaterais da política de aumento de gastos têm impactado diretamente a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 15% ao ano - o maior patamar em quase duas décadas -, o que acaba freando a expansão econômica. A seguir, os principais trechos da entrevista:

O Supremo deu aval para o governo contabilizar despesa com a restituição das vítimas do **INSS** fora da meta fiscal, como fez com os precatórios. Qual sua avaliação do quadro atual? Isso mostra que ele segue

preocupante?

Esse é nosso calcanhar de Aquiles, porque a questão fiscal tem um problema concreto do Orçamento do ano que vem. Estamos falando de um Estado que não funciona. O Orçamento não aguenta nenhum desaforo. Não tem margem nenhuma. Quando tem uma receita extra, ela vira gasto. A despesa fica para depois, e o governo acaba fazendo puxadinhos no Orçamento. Há problema de desenho, de governança, com decisões que acabam aumentando o gasto. O problema é em várias frentes. A confusão do IOF é só mais uma manifestação desses problemas.

O governo só consegue fechar as contas com artifícios contábeis para cumprir a meta, como descontar da conta precatórios, o reembolso do **INSS**, a chuva no Rio Grande do Sul...

Exato. Ainda falta um plano estruturado para os próximos anos de ajuste, como reformas, revisão de gastos. Não há uma política conseguindo dar conta desses desafios. O quadro é ruim e não há um plano de voo traçado, como aconteceu na transição do governo Dilma Rousseff (PT) para o Michel **Temer** (MDB) - após o impeachment (em 2016). Era possível enxergar um plano de voo muito claro no discurso e nas movimentações dos times econômico e político, com agenda fiscal. Tinha a regra do teto, e, depois, a reforma da Previdência, que ficou para o governo seguinte. Com esse plano de voo, as expectativas melhoraram e o Banco Central conseguiu cortar os juros, mesmo com a dívida pública aumentando e um deficit nas contas públicas que não era brincadeira.

E como fica o cenário fiscal atual, com as eleições se aproximando e o fim da licença do STF para o excluir parte dos precatórios para o cumprimento da meta em 2027?

O próximo presidente, assim que chegar, vai ter que pedir outro waiver para pagar precatório fora do Orçamento. E vai ter que reformar o regime fiscal, porque o arcabouço não para em pé. Talvez tenha que mudar a meta fiscal de 0,5% do **PIB** de superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública), em 2027. Vai chegar, por esse aspecto, vulnerável e não vai poder só fazer ajustes. Vai ter que apresentar uma agenda de reformas, senão a lua de mel vai embora ra-pidinho. Hoje, não dá para saber qual é o plano de voo. Na questão tributária, pode ser qualquer coisa. Uma hora é o IOF, outra hora pode ser outra coisa, como a taxação de

dividendos prevista na medida provisória (MP) que está no Congresso. Teremos um ambiente macroeconômico difícil, mas que poderia ser bem melhor. Era para o Brasil avançar nessas discussões, mas o país não só não avançou como teve retrocesso. Agora, ninguém está esperando nada diferente. O discurso do governo é ruim,

porque continua culpando o que recebeu do (ex-presidente Jair) Bolsonaro, mas já se passaram dois anos e meio.

O ministro Fernando Haddad vem batendo na tecla de justiça tributária e que falta fazer o ajuste pelo "pessoal da cobertura"...

Isso atrapalha, porque porque eles falam assim: "Olha, a gente fez tudo certo) Mas não, não fizeram tudo certo. Esse discurso, é claro, tem um componente político que enfraquece o ministro. A postura meio em cima do palanque atrapalha do ponto de vista de criar credibilidade na agenda econômica. É uma mistura de papéis que atrapalha. O discurso é ruim, porque o governo insiste em falar que estão fazendo tudo direitinho, que recebeu uma herança terrível, mas cumpriu a meta fiscal. Essa é a retórica. E quando eles negam o problema, perdem o chão.

A agenda de revisão estrutural dos gastos foi abandonada pela equipe econômica?

Essa agenda (de revisão de gastos) nunca existiu. Havia ali gente técnica, de qualidade, trabalhando. Mas nunca foi uma agenda da área política do governo. Era uma agenda isolada de pessoas de perfil técnico. E, por esse aspecto, ela nunca foi abandonada porque nunca foi abraçada.

E, com isso, os alertas de analistas sobre um colapso fiscal em 2026 aumentam, com mudança de meta do arcabouço.

Essa é a única coisa boa dessa história. Não dá mais para negar que tem problema fiscal. Esse é o único lado positivo. E esse

problema caiu no colo do atual governo, porque, muitas vezes, acabava ficando para o seguinte. O dinheiro está acabando mesmo. O governo vai ter que lidar com suas escolhas, sem poder empurrar os problemas para o próximo, como nas gestões anteriores. Mas eles batem na tecla de que estão fazendo tudo certo. O Bolsonaro fez isso também. E é verdade que ele deixou problemas fiscais, mas menos do que o ministro colocou.

Mas a pedalada dos precatórios no governo Bolsonaro foi vergonhosa.

É, precatórios e furos no teto de gastos. Se formos pensar friamente, a pandemia salvou a reputação do governo anterior, por esse aspecto. Houve o furo no teto e a culpada foi a pandemia. Não estou dizendo que não era para gastar, porque, em situação de pandemia, a própria regra do teto previa essa válvula de escape. O problema é que, depois, isso foi se repetindo, e, com a

PEC Kamikaze (que aumentou as despesas do governo com medidas populistas e flexibilizou o teto de gastos). Não havia mais justificativa para um auxílio emergencial maior e os furos no teto de gastos.

Mas, mesmo com esse problema fiscal grave agora, o **PIB** deste ano está sendo revisado para cima. O desemprego continua baixo, em 6,2%, perto do pleno emprego. Isso não é um tanto contraditório?

Eu não vejo nada contraditório, porque, se tivesse tudo bem mesmo, a Selic não estaria em 15% ao ano nem a **inflação** estaria acima da meta. O governo está fazendo uma escolha, essa escolha por mais gastos. E sabemos que a arrecadação não vai conseguir compensar na velocidade que eles querem. Até porque os gastos crescem automaticamente. Eles aumentaram com a revinculação da receita dos gastos com saúde e com educação, e com a regra do salário mínimo. Mas não tem jeito, essa conta não fecha. Fizeram essa escolha que joga o país numa outra dinâmica, num outro equilíbrio macroeconômico.

Que dinâmica é essa?

É de **inflação** mais alta e juros mais altos, e de um crescimento que poderia ser melhor. Isso aí é livro texto. Claro que tem outros agravantes, sempre tem. Estou aqui resumindo uma história para poder dizer que, nesse aspecto, do ponto de vista qualitativo, não tem surpresa. E, por trás das surpresas do **PIB** existe, além dos estímulos fiscais, parafiscais e tal, o efeito cumulativo de reformas anteriores. Estou no grupo otimista que vê esse efeito cumulativo de reformas que colocam o país num ritmo

de crescimento um pouco melhor do que nos anos anteriores. Afinal, desde 2016, as reformas estão acontecendo, mas perdemos a oportunidade de ter um ambiente macroeconômico muito melhor. Mas não se compara ao que foi, por exemplo, no governo Dilma.

Houve ganhos das últimas reformas?

Houve, sim, ganhos potenciais. A melhora do mercado de trabalho, em alguma medida, é fruto disso. Agora, tem, sim, uma parte que é, vamos dizer assim, artificial, fruto de estímulos fiscais, que podem até ter

diminuído, mas ainda há muita transferência de renda e todos esses descontroles fiscais, que acabam tendo efeitos colaterais. E os efeitos colaterais demoram para aparecer. Por isso, se continuarmos sem uma agenda muito clara, os efeitos negativos serão crescentes na economia. Não sabemos, por exemplo, quando é que vamos voltar a ter uma taxa Selic de 6,5% ao ano, que era a do fim do governo **Temer**. Com esse fiscal, nenhum governo consegue.

Quer dizer que, na sua avaliação, o discurso do ministro Haddad é ruim?

Sim. O discurso do ministro está ruim e atrapalha, porque é importante para os agentes econômicos enxergarem um plano de voo consistente, o reconhecimento dos problemas atuais. O discurso dele é assim: "Nós estamos fazendo tudo certinho, entregamos a meta no ano passado"... Mas a meta fiscal de 2023 foi ignorada. O governo aumentou os gastos com a PEC da Transição, buscou trabalhar para aumentar a arrecadação com zero chance de redução de despesa. E, além disso, antecipou o que pode de pagamento de precatórios. Existe uma agenda, digamos assim, para reduzir a desigualdade, aumentar a política do salário mínimo, em que a despesa cresce sem aumentar a receita. Isso piorou institucionalmente e houve retrocesso. Neste ano, está um sufoco fechar as contas. Houve contingenciamento no Orçamento (de R\$ 31 bilhões) e a receita com o pré-sal, de R\$ 15 bilhões, deve ajudar no cumprimento da meta fiscal. E, no fim do ano passado, o pacote fiscal do ministro teve alguns méritos. Ele assumiu que, sem conter despesa, a regra do arcabouço não parava em pé. Demorou, mas admitiu. Antes tarde que nunca. Havia ali coisas positivas, mas quando olhávamos para as estimativas de receita, ela era absurda e não se concretizou.

O arcabouço fiscal tem mais problemas do que o teto de gastos?

O teto de gastos, na retórica, ninguém enganou ninguém. Sempre foi claro que ele tinha a vantagem de ter tirado a vinculação dos gastos de saúde e educação da receita, mas fora isso, se não houvesse ajuste fiscal, ele não parava em pé. Era preciso fazer a reforma da Previdência. Essa era a proposta. O governo **Temer** não conseguiu fazer a reforma, mas deixou o tema plantado para o governo seguinte. Agora, isso que está acontecendo com a questão do IOF é um péssimo sinalizador de que a política não conseguiu dar conta e o Supremo está certo de falar: "Vocês se resolvam aí)

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/07/07/all.pdf>

Mais uma bomba previdenciária (Editorial)

Criado no final de 2008 com o objetivo de ampliar a formalização de pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, o contrato de Microempreendedor Individual (MEI), popularmente conhecido como "pejotização", deve gerar um déficit de R\$ 1,9 trilhão, nas próximas sete décadas, no já combalido Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS).

Essa é a estimativa do economista Rogério Nagamine Costanzi, que em análise detalhada para o Observatório de Política Fiscal da Fundação Getulio Vargas (FGV) esmiúça por que o programa, por mais bem intencionado que seja, agrava o já tenebroso desequilíbrio financeiro da Previdência e carece de reformulação.

Como explica Costanzi, o que começou mal conseguiu ser piorado com o tempo. Num primeiro momento, bastava uma contribuição de 11% do salário mínimo e contribuições simbólicas para ICMS (R\$ 1) e ISS (R\$ 5) para que o MEI tivesse direito a benefícios tais como aposentadoria por idade, invalidez ou incapacidade permanente, pensão por morte, auxílio-doença (incapacidade temporária) e salário-maternidade.

Contudo, uma medida provisória posteriormente convertida na Lei 12.470/2011 reduziu a já baixa alíquota de contribuição previdenciária para 5% do salário mínimo.

Na prática, criou-se todo um contingente de potenciais beneficiários, sem que houvesse correspondente aumento de receitas. O número de trabalhadores inscritos no programa saltou de 44 mil, no final de 2009, para cerca de 16,3 milhões no final de 2024, enquanto a participação do MEI no regime geral da Previdência subiu de 1,6% em 2011 para quase 12% em 2023.

Não bastasse o crescimento acelerado de beneficiários que contribuem muito pouco para desfrutar de uma série de direitos, Costanzi também chama a atenção para a forte inadimplência previdenciária dos "pejotizados". Em 2023, apenas um em cada três MEIs contribuía para a Previdência.

Insustentável como está, o MEI pode, mais uma vez, mudar para pior. Debate-se no Congresso a possibilidade de se ampliar o teto do MEI dos atuais R\$ 81 mil de faturamento anual para R\$ 130 mil. O ministro do Empreendedorismo, Márcio França,

entende que o teto atual está defasado e precisa ser atualizado.

Em tese, a ampliação do teto viria acompanhada de uma tabela progressiva de contribuição para a Previdência.

Mas é difícil acreditar que Executivo e Legislativo cheguem a bom termo em relação a isso, não só porque vivem às turras quando se trata de responsabilidade fiscal, como porque já há no Congresso quem defenda elevar o teto do MEI para além de R\$ 130 mil.

Não bastasse o efeito devastador sobre o sistema previdenciário, o MEI também está muito longe de promover aquilo para o que foi concebido: a formalização do trabalhador de baixa renda.

Ao cruzar dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2023 com o total de trabalhadores por conta própria com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), Costanzi estimou que "82,2% dos MEIs estavam entre os 50% mais ricos da população, considerando a renda domiciliar per capita, e apenas 17,8% estavam entre os 50% mais pobres".

Trata-se de uma séria distorção de uma política pública que deveria oferecer proteção social àqueles que historicamente não contam com ela, caso de trabalhadores como vendedores ambulantes.

Na realidade, porém, o perfil do MEI é muito similar ao de um profissional com carteira assinada (CLT) com ensino médio ou superior completo e que, justamente por isso, não deveria ser objeto de políticas de proteção social quase não contributivas, como corretamente argumenta Costanzi.

Tudo isso deveria estar no radar tanto do Executivo, agora tão cioso do abismo entre ricos e pobres, quanto do Legislativo, que deveria resistir a lobbies que podem ampliar ainda mais os problemas do MEI.

Tal como está, o MEI é mais um exemplo de política pública que não cumpre, a contento, o objetivo de incluir quem realmente precisa de proteção social e, além disso, é estruturalmente inviável do ponto de vista previdenciário. Posto de outra forma, é uma bomba-relógio de amplo alcance. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MP tributária deve 'caminhar bem', diz Motta

CÍCERO COTRIM

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- PB), disse que a medida provisória desenhada pelo governo para compensar um recuo parcial no aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) deve caminhar bem no Legislativo, apesar do cabo de guerra entre os Poderes por causa do tributo.

"Eu vejo que o futuro dessa medida provisória é, na minha avaliação, muito positivo", afirmou Motta em entrevista ao Jornal da Record, na noite de sexta-feira.

"Eu penso que ela será apreciada e que muito daquilo que o governo enviou será aprovado, esse é o sentimento que eu tenho dentro dos partidos." Publicada em 11 de julho, a medida provisória (MP) estabelece uma série de mudanças na tributação de aplicações financeiras, além de elevar a taxa de alguns tipos de empresas. Ela acaba com a isenção de Imposto de Renda (IR) de títulos incentivados, como Letras de Crédito Agrícola (LCA) e Imobiliárias (LCIs), que a partir do ano que vem serão tributados em 5%. E aumenta o imposto de renda sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio (JCP), de 15% para 20%.

Motta garantiu que, além da MP já apresentada, o Congresso tem disposição para analisar outras medidas que reponham os valores que seriam arrecadados por meio do aumento do IOF. No entanto, alertou que essas iniciativas precisam evitar onerar o setor produtivo, com aumento de carga tributária.

Motta afirmou também que tem o compromisso de pautar ainda este ano a proposta do governo que isenta do Imposto de Renda (IR) a quem ganha até R\$ 5 mil por mês, classificando a iniciativa como importante em termos de justiça tributária, e defendeu a tributação dos mais ricos como uma forma de financiar essa isenção.

O deputado negou ainda que o Legislativo esteja preocupado com as emendas parlamentares, lembrando que a derrubada do decreto que aumentava o IOF também impactará essas despesas. Indagado, Motta disse que o Congresso "não vai permitir" que a impositividade das emendas seja derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Motta disse, ainda, não haver consenso sobre quem vai presidir a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

(CPMI) sobre os desvios no **INSS**, mas que defende um nome neutro, não ligado ao governo nem à oposição

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sem reformas, gasto com Previdência e BPC subirá R\$ 600 bi nos próximos 15 anos

O rápido envelhecimento da população aumentará em 50% as despesas do **INSS** com o pagamento de benefícios previdenciários e o BPC (baixa renda e deficientes) até 2040, elevando o gasto em R\$ 600 bilhões, para quase R\$ 2 trilhões, mostra estudo do Centro de Liderança Pública. O acréscimo equivale a um orçamento anual da Saúde. Nestes 15 anos, haverá cada vez menos jovens a contribuir e mais idosos a contemplar, ampliando o rombo e a insustentabilidade das contas públicas. Para o CLP, o Brasil precisa de uma reforma mais ampla da Previdência e pensar em estratégias para a mudança demográfica.

Página 11

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PRESSÃO ETÁRIA

Sem uma nova reforma previdenciária ou nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o gasto do **INSS** pode aumentar em R\$ 600 bilhões até 2040, um incremento de cerca de 50% em relação ao custo atual, de R\$ 1,15 trilhão. Os números são parte de um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), que trata dos efeitos do rápido envelhecimento da população brasileira nas contas públicas, levando em conta a tendência de desequilíbrio por causa da queda da taxa de natalidade nas últimas décadas.

Com mais idosos - vivendo cada vez mais - e menos jovens, o estudo alerta que essa verdadeira "bomba fiscal" precisará de medidas complementares para ser desarmada, em uma ofensiva que vá além da revisão de gastos.

O cenário demográfico deve impor mais despesas com saúde e previdência, mas, por outro lado, oferece uma "rara válvula de escape" na área de educação. Diante da perspectiva da queda no número de alunos (cerca de 20% até 2040), seria possível usar os investimentos para buscar a qualificação dos mais jovens. Ou seja, diminuir o total dos repasses, mas aumentar a verba proporcional por estudante.

Para que a oportunidade seja aproveitada, o Centro de Liderança Pública afirma que será necessário afrouxar as vinculações constitucionais de investimento mínimo em educação, assim como condicionar novos recursos à aprendizagem.

A conclusão do estudo realizado pelo gerente da Inteligência Técnica do CLP, Daniel Duque, é que uma estratégia bem sucedida passa por ter uma política fiscal "crível", estimular o investimento privado, com prioridade para infra-estrutura, abertura comercial e qualificação profissional, para "compensar a escassez de jovens no mercado de trabalho".

MAIOR VILÃO

O gasto com aposentadoria e BPC tem sido o maior vilão do Orçamento público nos últimos anos, mesmo após a Reforma da Previdência realizada em 2019, devido ao envelhecimento da população, ao reajuste acima da **inflação** e à baixa contribuição de algumas categorias. Essa combinação gera um crescimento acima do limite de gastos do arcabouço fiscal, o que pressiona outras despesas.

O BPC é um benefício as-sistencial no valor de um salário mínimo pago a pessoas com deficiência e

idosos de baixa renda. São pessoas que não alcançaram o tempo mínimo de contribuição para a Previdência.

O governo vem adotando algumas medidas para conter a expansão dos benefícios previdenciários e do BPC, mas são consideradas insuficientes pelos economistas. Uma delas é a compatibilização da atualização do salário mínimo à regra do arcabouço, que permite um aumento real entre 0,6% e 2,5% por ano. Há também ações administrativas para focalizar o acesso ao BPC e fechar brechas para concessões indevidas.

Mesmo assim, as despesas obrigatórias continuam comprimindo o espaço que o governo tem para investir em outras áreas. Estimativas oficiais já apontam que faltaria espaço orçamentário para cumprir o piso constitucional de Educação e Saúde já em 2027.

-O Brasil está em uma situação difícil do ponto de vista fiscal desde 2013 e vai piorar pela questão demográfica -afirma Daniel Duque.

Segundo o estudo do CLP, a idade mediana da população brasileira aumentou 10 anos entre 2000 e 2025, de 25 anos para 35 anos. Mantido o mes-

mo ritmo, nos próximos 15 anos mais da metade dos brasileiros terão superado a barreira de 40 anos, isso se a taxa de fecundidade ficar estável. Duque afirma que esse seria "um fato inédito em nossa história e que reconfigura mercados, políticas públicas e padrões de consumo".

Para o economista, ainda se subestima o peso que a mudança do perfil etário exerce sobre as finanças previdenciárias, saindo de um ponto de partida já elevado. Dados da pesquisa mostram que o Brasil gasta hoje cerca de 12% do **PIB** com previdência. No **INSS**, só com aposentadorias urbanas, rurais e benefícios assistenciais, sem incluir pensões, se gastou algo em torno de 6,5% do **PIB** em 2023, patamar que se compara ao desembolso total de países mais envelhecidos da OCDE.

8,3% DO **PIB** EM 2040

A cobertura de benefícios cresce em forma de rampa a partir dos 50 anos. Dados administrativos do **INSS** indicam que cerca de 5% dos brasi-

leiros entre 45 e 54 anos já recebem algum benefício

previ-denciário ou assistencial; entre 55 e 59 anos o índice sobe para perto de 30%; depois dos 65 anos, ultrapassa 80%. Isso reflete, segundo ele, tanto a idade mínima formal quanto aposentadorias especiais, como BPC e aposentadorias rurais, que antecipam a saída do mercado de trabalho.

O gasto com a Previdência pode chegar a 8,3% do **PIB** em 2040, o que representaria R\$ 600 bilhões a mais.

"É praticamente um novo Orçamento inteiro de saúde pública ou o dobro do que a União investe em infraestrutura", diz o estudo, destacando que o número não considera pensões por morte e gasto com militares.

Na opinião de Duque, isso implica na necessidade de revisar frequentemente os parâmetros previdenciários, com aumento da idade mínima, hoje em 65 anos, regra de cálculo e tempo de contribuição. Além disso, é necessário buscar maior equilíbrio entre benefícios contributivos (Previ-

dência) e o BPC (assistencial). Para ele, a aposentadoria rural deveria ser considerada um benefício assistencial.

"Será preciso lidar com a matemática de ter cada vez mais pessoas acima de 65 anos para cada ativo contribuinte. Sem convergir as regras dos diferentes regimes, ampliar a idade efetiva de saída do trabalho e acomodar o gasto dentro de um teto fiscal crível, o estrangulamento previdenciário limitará recursos para saúde, educação e investimentos, justamente o que mais precisamos para enfrentar o envelhecimento da população."

DESINCENTIVO

Outra medida que o economista defende é desvincular o salário mínimo que remunera os trabalhadores ativos do piso que é pago aos aposentados e pensionistas. Segundo ele, faz sentido que o salário de quem está no mercado de trabalho tenha ganhos regularmente, mas, no caso do benefício previdenciário, a vinculação acaba gerando um desincentivo para que as pessoas contribuam ao **INSS**.

- Hoje, cerca de 70% dos trabalhadores não têm capacidade de ganhar muito mais do que salário mínimo. O melhor a fazer é não contribuir nada e ganhar BPC lá na frente, com um salário mínimo maior do que hoje (pelo reajuste real) - afirma Duque.

Na saúde, por sua vez, o gasto público está abaixo da média mundial: 45% do total do consumo brasileiro contra 75% na média da OCDE. Em percentual do **PIB**, é de 4,2% e teria de subir para 7,5% em 2040

para abarcar o crescimento dos idosos no país.

Já a despesa educacional poderia cair de 4,7% para 3,9% do **PIB**, mesmo mantendo o gasto por aluno constante, já que as estimativas apontam para uma queda no total de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos.

Mesmo diante desse cenário, a complementação federal para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) vem aumentando desde 2021. Era 10% e deve atingir 23% no ano que vem.

Em relação aos pisos constitucionais de saúde e educação, Duque avalia que, para atender as diferenças regionais, uma solução seria integrá-los:

- No Nordeste, tem mais criança e adolescente, mas no interior de São Paulo e no Sul do Brasil, já tem lugares com mais idosos. Em algumas cidades, parte das escolas deixa de ter razão de existir. Mesmo assim, pelo piso, tem que gastar.

Nogoverno federal, éobri-gatório investir 15% da receita corrente líquida em saúde, enquanto para a educação, o mínimo é de 18%. Nos municípios, o aporte mínimo em educação é de 25% da receita de **impostos**, incluindo transferências.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

DESEQUILÍBRIO EM CONTAS PÚBLICAS É BOMBA-RELÓGIO

JOÃO SORIMA NETO

O desequilíbrio das contas públicas não é um problema abstrato de economistas. Trata-se, segundo especialistas, de uma bomba-relógio que, quando explode, atinge com força o dia a dia de todos os brasileiros, por meio do custo de vida elevado, do crédito inacessível e da falta de perspectivas de crescimento da economia. Um país que gasta mais do que arrecada é visto com desconfiança pelos investidores estrangeiros, dizem os economistas, e isso afasta o capital.

- Reformas para buscar o equilíbrio fiscal trariam mais produtividade e crescimento à economia, mais emprego e, portanto, mais renda para a população. Provocariam um ciclo virtuoso com efeitos muito positivos -diz Maíl-son da Nóbrega, sócio da consultoria Tendências e ex-ministro da Fazenda.

Nóbrega observa que o aumento do gasto do governo aumenta a demanda na economia sem que a oferta acompanhe. Isso, diz, provoca **inflação**, um "imposto" que impacta especialmente as camadas mais pobres da população. Por isso, o Banco Central tem que manter a taxa de juros em nível muito mais elevado que outros países da América Latina para "esfriar a economia". Se não houvesse a distorção fiscal, explica, a taxa de juros de equilíbrio poderia ser a metade do que a Selic que temos hoje, de 15%.

O economista Raul Velloso, um dos maiores especialistas do Brasil em contas públicas, aponta como resultado do descontrole fiscal no país o baixo crescimento da economia brasileira, a queda na oferta de serviços de infraestrutura (seja transporte, energia ou saneamento) com a redução do investimento público-e também do privado.

-O país está condenado a não investir mais em infraestrutura. E o investidor privado não só não confia no governo, como não gosta das remunerações pagas a ele. Então o Produto Interno Bruto (**PIB**) paga a conta e não cresce -diz o economista.

Em seu diagnóstico, as contas públicas estão dilaceradas por um fator central: o crescimento dos desembolsos em Previdência, em todos os níveis (**INSS**, União, estados e municípios), ao mesmo tempo em que a população em idade ativa, que contribui para

manter o equilíbrio aposentadoria, está diminuindo.

Um levantamento feito pelo economista mostra que, apenas nos municípios, a taxa real de crescimento dos regimes de Previdência foi de 12,5% (entre 2011 e 2018); nos estados, de 5,9% (de 2006 a 2018); na União, de 3,1% (de 2006 a 2021); e no **INSS**, de 5,1% (de 2006 a 2020).

CENÁRIO ANTAGÔNICO

Na direção contrária, o investimento em infraestrutura, que já foi de 10% do **PIB** em 2014, caiu para -3,4% do **PIB**, em termos reais, em 2022. E o **PIB**, que crescia a 4% em 2014, estacionou em 0,4% em 2022.

Luiz Fernando Figueiredo, presidente do Conselho de Administração da Jive Mauá, e ex-diretor do Banco Central, vê um cenário de antagonismo entre as políticas fiscal e monetária que prejudicam o país. Enquanto o Executivo impõe um ritmo expansionista à economia, o BC tenta freá-la com juros altos. Juros altos travam a economia, encarecem o crédito, e reduzem o investimento. Simultaneamente, diz Figueiredo, a dívida pública brasileira vem crescendo e é a mais alta dos países emergentes (quase 80% do **PIB**). E, como em qualquer lar onde se gasta mais do que se ganha, existe a possibilidade de um calote em caso de insustentabilidade.

-O governo deveria fazer um ajuste fiscal de 1% a 3% do **PIB** no gasto, incluindo as isenções fiscais, ao longo do tempo. Esse ajuste para um país que arrecada o equivalente a 35% do **PIB** é quase nada. E se o salário mínimo fosse reajustado apenas com **inflação**, isso ajudaria também a reduzir os gastos e fazer a dívida parar de crescer -explica Figueiredo, lembrando que o custo da dívida com juros altos também é caro.

Nóbrega acredita que será preciso uma nova reforma da previdência que unifique as regras tanto para o **INSS**, como para **servidores públicos**, além da necessidade de rever as regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC). O ex-ministro observa que no mundo todo os países garantem o poder de compra dos aposentados repondo as perdas da **inflação**, mas no Brasil o ganho é real, pela indexação ao salário mínimo. O Brasil gasta com aposentadorias 32% do Orçamento primário, enquanto a média de

outros países (incluindo mais ricos) fica em 7,5%.

-É um sistema fiscal torto, que era disfarçado pelo aumento da carga tributária. Esse sistema levou a uma rigidez no Orçamento sem paralelo no planeta, com mais de 90% de gastos obrigatórios, com pisos constitucionais para saúde e educação. O governo foi perdendo a margem de gastos para financiar políticas públicas de ciência, cultura, e investimento público - explica Nóbrega, que avalia que todos os brasileiros deveriam se conscientizar que esta situação é "uma calamidade".

Velloso avalia que se os gastos com a Previdência, em todos os níveis, não tivessem crescido tanto o país teria superávit em suas contas.

-O IBGE, que faz o censo, tinha que ter alertado que houve um crescimento muito forte da população acima de 65 anos, o que impactaria nos gastos previdenciários - diz.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

INSS pode precisar de R\$ 3 bi em crédito extraordinário

Edna Simão e Lu Aiko Otta

O governo calcula que será necessária abertura de crédito extraordinário de cerca de R\$ 3 bilhões, caso se confirme que o número de aposentados e pensionistas lesados por descontos indevidos nos últimos anos foi de 4,1 milhões, apurou o Valor. A quantia será usada para bancar o acordo de ressarcimento das vítimas proposto pelo governo e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Desde que o caso veio à tona, em abril, 3,7 milhões de aposentados e pensionistas afirmaram que seus pagamentos tiveram algum desconto indevido. Considerando esse grupo, o crédito extraordinário seria de R\$ 2,1 bilhões, nos cálculos do governo federal.

Na quinta-feira, o ministro STF Dias Toffoli homologou os termos do acordo apresentado pelo governo, que envolvem a abertura de crédito extraordinário, para res-

sarcimento das vítimas de descontos indevidos. Mas a decisão ainda precisa ser submetida ao plenário do Supremo. Abertura de crédito extraordinário significa que a operação ficará fora do limite de gastos do arcabouço fiscal. A Advocacia-Geral da União (AGU) também pediu ao STF que o valor fique fora do cálculo da meta de resultado primário de 2025 e 2026.

Ao Valor o ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, admitiu que o tamanho do crédito ainda não está definido, mas será superior aos R\$ 2,1 bilhões projetados inicialmente. "Não dá para cravar. Mas assim: o governo não quer economizar nisso. Quer ir atrás e pagar quem tem direito, na medida do direito", disse.

Para Queiroz, o acordo dará mais segurança jurídica em relação aos pagamentos, evitando que o aposentado ou pensionista lesado receba a devolução e depois acione o governo por dano moral.

"O governo não pode meter a

mão no bolso do Tesouro e pagar R\$ 4 bilhões, R\$ 3 bilhões, sem estar tudo amarrado, sem estar o Judiciário todo acompanhando, auditando, olhando quais são os critérios", ressaltou Wolney.

O primeiro lote de pagamentos será em 24 de julho, beneficiando 1,5 milhão de pessoas. Serão ressarcidos, de forma administrativa, os aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos entre março de 2020 e março de 2025. O ministro ressaltou que pessoas com mais de 80 anos, quilombolas e indígenas terão prioridade.

Além da homologação do acordo pelo STF, o governo depende de aprovação pelo Congresso do crédito extraordinário. O ministro admitiu que a crise entre governo e Legislativo e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o escândalo do **INSS** podem atrasar a votação. Mas ele avalia que a proposta será aprovada, pois será difícil à oposição sustentar uma posição contrária.

"O crédito vai ser a virada de chave, na minha opinião, para o entendimento da sociedade de que o governo agiu, resolveu e agora devolveu o dinheiro. Eu tenho um receio que a oposição se mobilize contra esse crédito para evitar que esse dinheiro volte para o bolso do aposentado com o carimbo do governo Lula, que é o que vai acontecer. É o governo Lula que está devolvendo", frisou.

Para o ministro, mesmo com as tensões entre governo e Congresso não há risco de ser escolhido um relator mais linha dura para a CPMI. "Os comandos da Câmara e o do Senado sabem da relevância de uma CPMI e vão buscar um presidente e um relator que sejam equilibrados, experientes, conciliadores. Que possam conduzir o funcionamento de uma CPMI sem estrangular o funcionamento do Congresso", destacou.

Ele classificou como inadequada a possibilidade de a relatoria da CPMI ser assumida pelo deputado

federal Nikolas Ferreira (PL-MG), de oposição, como vem sendo citado. "Teria que ser alguém do meio. Não necessariamente do Centrão, mas de centro. Alguém que transite, alguém desse time que é chamado quando tem bronca, porque costura com todo mundo e tal. É o que eu espero. O governo não espera ninguém que o proteja, mas alguém que tenha serenidade para conduzir sem causar dano para o funcionamento do próprio Congresso, que teria uma reverberação no próprio governo."

Além do ressarcimento, Queiroz disse que há um esforço do governo para reduzir o tempo de espera para concessão de benefícios, o que gera ampliação de despesas. Mas reconheceu ser impossível zerar a fila de espera, atualmente em 2,6 milhões de solicitações. "Eu acho que está acima dos 45 dias hoje. Já estive em 38,39. Com esses 500 peritos [que serão nomeados], eu acho que conseguimos reduzir a menos de 40 dias", disse.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188256?page=20§ion=1>

Benefícios podem ser pedidos mesmo sem carteira assinada

Mesmo sem carteira assinada, é possível ter acesso à aposentadoria, ao auxílio-doença e até à pensão por morte. Trabalhadores autônomos, informais e pessoas sem atividade remunerada têm a opção de contribuir voluntariamente para o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A contribuição mensal, feita por meio da Guia da **Previdência Social** (GPS), pode garantir uma rede de proteção em momentos de necessidade e é, para muitos,

a única forma de assegurar o mínimo de estabilidade financeira no futuro.

Segundo o advogado especialista em direito previdenciário, Paulo André Nassar, sócio do escritório Paula Frassinetti Advogadas, existem duas categorias principais de quem não tem carteira assinada: o contribuinte individual, que exerce atividade remunerada como autônomo; e o segurado facultativo, que não tem renda, mas deseja contribuir.

SERVIÇOS

No primeiro caso, o trabalhador autônomo que presta serviços por conta própria - como diaris-

tas, vendedores informais, mototaxistas, entregadores por aplicativo e outros; já quem não tem qualquer renda, pessoas desempregadas e que não fazem nem o famoso "bico" -um serviço extra ou temporário - podem contribuir como facultativo.

"Todo trabalhador que exerce atividade remunerada tem o dever de contribuir. Isso quer dizer que se não contribuir acontece alguma coisa? Não, o **INSS** não vai atrás dessas pessoas. No entanto, cabe a elas fazer esse recolhimento mensal. A boa notícia é que, mesmo sem vínculo formal como no regime CLT (Consolidação das

Leis do Trabalho), esses trabalhadores têm direito aos mesmos benefícios garantidos a quem tem carteira assinada", explica.

Entre os principais benefícios estão a aposentadoria por idade, a pensão por morte, o salário-maternidade e o auxílio por incapacidade temporária (AIT) - antigo auxílio-doença. "Se esse trabalhador sofrer um acidente que o deixe temporariamente ou permanentemente incapaz, ele poderá receber AIT ou

aposentadoria por invalidez. Em caso de falecimento, seus dependentes poderão receber pensão por morte. Também há o auxílio-reclusão", frisa.

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3181#book/>

INSS prevê desconto de até 30% na aposentadoria em caso de devolução duplicada

Júlia Galvão

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) poderá aplicar descontos de até 30% na renda de aposentados e pensionistas que receberem duas vezes a devolução das mensalidades de associações e sindicatos. O percentual está previsto no plano homologado pelo ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), nesta quinta-feira (3) e será aplicado caso o beneficiário não devolva voluntariamente o montante pago em duplicidade.

Segundo o plano, caso seja identificado que um segurado recebeu tanto pela via administrativa quanto por decisão judicial, o **INSS** deverá notificá-lo para que devolva os valores espontaneamente no prazo de 30 dias. Se isso não ocorrer, o instituto poderá aplicar o desconto diretamente no benefício, respeitando o limite de 30% do valor mensal -teto que já é utilizado em outras situações, como na devolução de valores pagos indevidamente.

O limite estabelecido é inferior à margem consignável dos benefícios, atualmente em 35%, usada para empréstimos consignados, com desconto direto na folha.

"O que o **INSS** está dizendo é o seguinte: se eu lhe pagar administrativamente duas vezes e a gente constatar essa duplicidade, a gente vai descontar automaticamente 30% do benefício até quitar a dívida. É o 30% tradicional", afirma o advogado previdenciário e colunista da Folha Rômulo Saraiva.

Segundo o especialista, essa proporção foi pensada para proteger a renda mínima necessária à sobrevivência do segurado e tem sido usada como referência tanto para consignados quanto para cobranças administrativas do **INSS**. "Historicamente convencionou-se que você pode se endividar até 30%", afirma.

A previsão de desconto automático está entre as medidas incluídas no acordo que permitirá a devolução de valores descontados indevidamente entre março de 2020 e março de 2025 por associações e sindicatos sem autorização dos

segurados. O primeiro lote de pagamentos deve ser feito a partir de 24 de julho.

O ministro também autorizou que os pagamentos ocorram fora do teto de gastos, como pediu a AGU (Advocacia-Geral da União), e determinou a suspensão de todas as ações judiciais sobre o tema até que o mérito da ação seja julgado ou ele dê nova decisão sobre o tema.

O plano prevê que quem assinar o acordo para receber o dinheiro administrativamente terá sua ação individual ou coletiva na Justiça extinta e abrirá mão de pedir o pagamento de indenização por danos morais contra o **INSS**. Mas os segurados ainda poderão entrar diretamente contra a associação para pleitear outros direitos.

Saraiva, no entanto, destaca que podem surgir discussões judiciais sobre casos em que a duplicidade ocorra por erro exclusivo do **INSS** e não por má-fé do segurado.

"Vamos supor que a pessoa não entrou com processo na Justiça e só aderiu ao acordo administrativo. Se o **INSS**, por erro, creditar duas ou três vezes o valor na conta dessa pessoa, é o **INSS** que está agindo errado", diz o advogado.

Segundo ele, esse tipo de situação pode ser judicializada sob o argumento da boa-fé do segurado, tese aceita em parte dos tribunais.

Apesar das medidas de controle previstas no plano, uma falha no sistema da Dataprev, estatal responsável pelo processamento de dados do **INSS**, gerou a duplicação de cadastros de pedidos de devolução feitos por aposentados e pensionistas. A inconsistência, identificada no início de junho, fez com que requerimentos de um mesmo beneficiário aparecessem em duplicidade nas telas de consulta, como se as mesmas pessoas tivessem direito a dois pagamentos.

A informação consta em documentos internos aos quais a Folha teve acesso. Técnicos da Previdência relataram dificuldade em filtrar corretamente os dados,

o que gerou preocupação sobre possíveis pagamentos em dobro.

A Dataprev afirmou que a falha é pontual e não há risco de pagamentos em duplicidade. Segundo a estatal, o erro ocorreu apenas na interface de consulta, e a situação já foi tratada internamente pelas equipes técnicas.

Têm direito à devolução beneficiários do **INSS** que tiveram descontos associativos indevidos em seus benefícios, realizados por associações e sindicatos sem autorização formal válida. Serão devolvidos os valores descontados indevidamente entre março de 2020 e março de 2025

No primeiro momento, o plano contempla os segurados que contestaram os descontos por meio dos canais oficiais do **INSS** e não receberam resposta das entidades associativas dentro do prazo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/inss-preve-desconto-de-ate-30-na-aposentadoria-em-caso-de-devolucao-duplicada.shtml>

Sem reforma, gasto com Previdência e BPC vai subir R\$ 600 bi em 15 anos

Sem uma nova reforma previdenciária ou nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o gasto do **INSS** pode aumentar em R\$ 600 bilhões até 2040, um incremento de cerca de 50% em relação ao custo atual, de R\$ 1,15 trilhão. Os números são parte de um estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), que trata dos efeitos do rápido envelhecimento da população brasileira nas contas públicas, levando em conta a tendência de desequilíbrio por causa da queda da taxa de natalidade nas últimas décadas.

Com mais idosos - vivendo cada vez mais - e menos jovens, o estudo alerta que essa verdadeira "bomba fiscal" precisará de medidas complementares para ser desarmada, em uma ofensiva que vá além da revisão de gastos.

O cenário demográfico deve impor mais despesas com saúde e previdência, mas, por outro lado, oferece uma "rara válvula de escape" na área de educação. Diante da perspectiva da queda no número de alunos (cerca de 20% até 2040), seria possível usar os investimentos para buscar a qualificação dos mais jovens. Ou seja, diminuir o total dos repasses, mas aumentar a verba proporcional por estudante.

Para que a oportunidade seja aproveitada, o Centro de Liderança Pública afirma que será necessário afrouxar as vinculações constitucionais de investimento mínimo em educação, assim como condicionar novos recursos à aprendizagem.

A conclusão do estudo realizado pelo gerente da Inteligência Técnica do CLP, Daniel Duque, é que uma estratégia bem sucedida passa por ter uma política fiscal "crível", estimular o investimento privado, com prioridade para infraestrutura, abertura comercial e qualificação profissional, para "compensar a escassez de jovens no mercado de trabalho".

O gasto com aposentadoria e BPC tem sido o maior vilão do Orçamento público nos últimos anos, mesmo após a Reforma da Previdência realizada em 2019, devido ao envelhecimento da população, ao reajuste acima da **inflação** e à baixa contribuição de algumas categorias. Essa combinação gera um crescimento acima do limite de gastos do arcabouço fiscal, o que pressiona outras despesas.

O BPC é um benefício assistencial no valor de um

salário mínimo pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda. São pessoas que não alcançaram o tempo mínimo de contribuição para a Previdência.

O governo vem adotando algumas medidas para conter a expansão dos benefícios previdenciários e do BPC, mas são consideradas insuficientes pelos economistas. Uma delas é a compatibilização da atualização do salário mínimo à regra do arcabouço, que permite um aumento real entre 0,6% e 2,5% por ano. Há também ações administrativas para focalizar o acesso ao BPC e fechar brechas para concessões indevidas.

Mesmo assim, as despesas obrigatórias continuam comprimindo o espaço que o governo tem para investir em outras áreas. Estimativas oficiais já apontam que faltaria espaço orçamentário para cumprir o piso constitucional de Educação e Saúde já em 2027.

- O Brasil está em uma situação difícil do ponto de vista fiscal desde 2013 e vai piorar pela questão demográfica - afirma Daniel Duque.

Segundo o estudo do CLP, a idade mediana da população brasileira aumentou 10 anos entre 2000 e 2025, de 25 anos para 35 anos. Mantido o mesmo ritmo, nos próximos 15 anos mais da metade dos brasileiros terão superado a barreira de 40 anos, isso se a taxa de fecundidade ficar estável. Duque afirma que esse seria "um fato inédito em nossa história e que reconfigura mercados, políticas públicas e padrões de consumo".

Para o economista, ainda se subestima o peso que a mudança do perfil etário exerce sobre as finanças previdenciárias, saindo de um ponto de partida já elevado. Dados da pesquisa mostram que o Brasil gasta hoje cerca de 12% do **PIB** com previdência.

No **INSS**, só com aposentadorias urbanas, rurais e benefícios assistenciais, sem incluir pensões, se gastou algo em torno de 6,5% do **PIB** em 2023, patamar que se compara ao desembolso total de países mais envelhecidos da OCDE.

A cobertura de benefícios cresce em forma de rampa a partir dos 50 anos. Dados administrativos do **INSS** indicam que cerca de 5% dos brasileiros entre 45 e 54

anos já recebem algum benefício previdenciário ou assistencial; entre 55 e 59 anos o índice sobe para perto de 30%; depois dos 65 anos, ultrapassa 80%. Isso reflete, segundo ele, tanto a idade mínima formal quanto aposentadorias especiais, como BPC e aposentadorias rurais, que antecipam a saída do mercado de trabalho.

O gasto com a Previdência pode chegar a 8,3% do **PIB** em 2040, o que representaria R\$ 600 bilhões a mais.

"É praticamente um novo Orçamento inteiro de saúde pública ou o dobro do que a União investe em infraestrutura", diz o estudo, destacando que o número não considera pensões por morte e gasto com militares.

Na opinião de Duque, isso implica na necessidade de revisar frequentemente os parâmetros previdenciários, com aumento da idade mínima, hoje em 65 anos, regra de cálculo e tempo de contribuição. Além disso, é necessário buscar maior equilíbrio entre benefícios contributivos (Previdência) e o BPC (assistencial). Para ele, a aposentadoria rural deveria ser considerada um benefício assistencial.

"Será preciso lidar com a matemática de ter cada vez mais pessoas acima de 65 anos para cada ativo contribuinte. Sem convergir as regras dos diferentes regimes, ampliar a idade efetiva de saída do trabalho e acomodar o gasto dentro de um teto fiscal crível, o estrangulamento previdenciário limitará recursos para saúde, educação e investimentos, justamente o que mais precisamos para enfrentar o envelhecimento da população."

Outra medida que o economista defende é desvincular o salário mínimo que remunera os trabalhadores ativos do piso que é pago aos aposentados e pensionistas. Segundo ele, faz sentido que o salário de quem está no mercado de trabalho tenha ganhos regularmente, mas, no caso do benefício previdenciário, a vinculação acaba gerando um desincentivo para que as pessoas contribuam ao **INSS**.

- Hoje, cerca de 70% dos trabalhadores não têm capacidade de ganhar muito mais do que salário mínimo. O melhor a fazer é não contribuir nada e ganhar BPC lá na frente, com um salário mínimo maior do que hoje (pelo reajuste real) - afirma Duque.

Na saúde, por sua vez, o gasto público está abaixo da média mundial: 45% do total do consumo brasileiro contra 75% na média da OCDE. Em percentual do **PIB**, é de 4,2% e teria de subir para 7,5% em 2040 para abarcar o crescimento dos idosos no país.

Já a despesa educacional poderia cair de 4,7% para 3,9% do **PIB**, mesmo mantendo o gasto por aluno constante, já que as estimativas apontam para uma queda no total de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos.

Mesmo diante desse cenário, a complementação federal para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) vem aumentando desde 2021. Era 10% e deve atingir 23% no ano que vem.

Em relação aos pisos constitucionais de saúde e educação, Duque avalia que, para atender as diferenças regionais, uma solução seria integrá-los:

- No Nordeste, tem mais criança e adolescente, mas, no interior de São Paulo e no Sul do Brasil, já tem lugares com mais idosos. Em algumas cidades, parte das escolas deixa de ter razão de existir. Mesmo assim, pelo piso, tem que gastar.

No governo federal, é obrigatório investir 15% da receita corrente líquida em saúde, enquanto para a educação, o mínimo é de 18%. Nos municípios, o aporte mínimo em educação é de 25% da receita de **impostos**, incluindo transferências.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/07/07/se-m-reforma-gasto-com-previdencia-e-bpc-vai-subir-r-600-bi-em-15-anos.ghtml>

REFORMA NÃO TRARÁ REDUÇÃO DE GASTOS

DENISE CHRISPIM MARIN*

A reforma administrativa entrou novamente no radar político por impulso da presidência da Câmara dos Deputados, com a criação de um grupo de trabalho (GT) para discutir seu escopo até a próxima sexta-feira. O objetivo inicialmente traçado, de forçar a redução de gastos com a burocracia, foi afastado. A melhoria do desempenho da máquina do Estado e dos seus servidores ocupou o centro do projeto, que vislumbra até mesmo a adoção de uma Lei de Responsabilidade e Resultado para o serviço público.

Coordenador do GT, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) disse haver "obsessão pela redução das despesas e do tamanho do Estado" quando se trata da reforma. Seu propósito, afirmou, é amarrar um marco regulatório para o funcionamento da máquina estatal que contemple a inovação tecnológica e a montagem de indicadores transparentes dos resultados do serviço público.

-Sou o mais liberal e fisca-lista do Congresso. Mas esta não é uma reforma focada no ajuste fiscal, embora possa resultar em queda de gastos ao longo do tempo -afirmou.

A visão coincide com a da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck.

- Reforma administrativa

para aumentar a eficiência do Estado não pode ser confundida com ajuste fiscal e muito menos com retirar recursos da saúde e educação -defendeu.

Mais de 20 audiências públicas e reuniões foram realizadas pelo GT até 13 de junho com setores do governo, organizações do terceiro setor dedicadas ao estudo da máquina estatal e entidades sindicais. Até sexta-feira, a equipe cravará os temas da reforma e definirá os instrumentos legais mais adequados para abordá-los: Proposta de Emenda Constitucional (PEC) e leis complementares e ordinárias. Dois princípios estão sacramentados, segundo o deputado Pedro Paulo. Primeiro, a estabilidade do servidor público concursado, prevista no artigo 41 da Constituição, permanecerá imaculada. Segundo, a PEC 32/2020, proposta de reforma do governo de Jair Bolsonaro que flexibilizava a estabilidade, não balizará as

discussões do GT.

- Não trabalharemos com base na PEC 32 de forma nenhuma. Há premissas graves nessa proposta, que já foi interdita -declarou Pedro Paulo. -A estabilidade não pode acabar, assim como não se pode reduzir os direitos do servidor. Olhá-lo como vilão e causador da ineficiência do Estado é um equívoco -disse.

Os tópicos em discussão no GT indicam seu objetivo de alicerçar a reforma em uma melhoria substancial da eficiência da máquina pública e dos serviços prestados à população. A proposta de uma Lei de Responsabilidade e Resultados envolverá a inclusão obrigatória de metas em toda nova política pública, para permitir a mensuração da eficácia delas e das equipes que as formularem e executarem. O deputado defende a inclusão de punições e bonificações, nos casos de fracasso ou êxito.

-Isso significa mudar a lógica das políticas públicas com base na meritocracia.

O grupo de trabalho dá como certa a regulamentação de dois princípios constitucionais incluídos pela reforma administrativa de 1998: a obrigatoriedade da avaliação de cada servidor e a demissão por insuficiência de desempenho.

-A avaliação hoje não passa de compadrio, não é confiável -diz Pedro Paulo.

Há convicção no governo e no GT sobre a necessidade de criar novas etapas de ascensão nas carreiras públicas e de atrelar a escalada ao desempenho do servidor, e não mais no tempo de trabalho. Na agenda estão também o disciplinamento do trabalho remoto, considerado pelo deputado como "excrescência" a realização de concursos unificados para diferentes carreiras e a contratação de funcionários temporários, pelo regime CLT, para suprir órgãos que dependem de provas específicas.

- Há um engessamento no serviço público, ruim para o Estado e para o servidor. E preciso flexibilidade para atender escolas, hospitais e até para apagar incêndios na máquina administrativa -defendeu.

PROPOSTAS DA SOCIEDADE

Em vários tópicos, porém, o projeto omite mudanças na máquina pública executadas ou em estudo pelo MGI.

- Nos últimos dois anos, o ministério tem adotado mudanças infralegais para a busca constante da melhoria da eficiência, como a criação de carreiras transversais no serviço federal, a interação dos sistemas de áreas afins do governo e o programa de avaliação do desempenho do servidor - disse o secretário extraordinário para a Transformação do Estado, Francisco Gaetani.

Segundo ele, o diálogo do MGI com o GT da Câmara tem sido permanente, para melhor compreensão da complexa burocracia brasileira.

- Há nuances no serviço público. Ao lado de ilhas de eficiência, há instituições novas, estatais que se regem por parâmetros privados, áreas de difícil mensuração da eficácia e setores cujos resultados são dificultados por contingenciamentos orçamentários.

O conjunto de temas reunidos pelo grupo de trabalho mostra-se em linha com propostas da sociedade civil, como a defendida pelo ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, pelo professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Carlos Ari Sundfeld e pela economista Ana Carla Abrão. Em especial, as abordagens sobre preservação da estabilidade, adoção da aferição do desempenho do servidor e contratações temporárias. A Lei de Responsabilidade e Resultados, para Sundfeld, será peça essencial.

-Não haverá avaliação adequada dos funcionários públicos sem metas setoriais e para as políticas adotadas. Essa lei trará uma avaliação da capacidade de o Estado prover os serviços à população e do desperdício de recursos humanos.

Mas há resistência de entidades sindicais em torno das avaliações de desempenho e da contratação de funcionários temporários. Para Cristiano Machado, diretor da Fenasps, que abarca servidores da Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social, melhor seria a adoção de medidas para a valorização das carreiras e dos servidores concursados e investimento em tecnologia.

-Como se propõe avaliar o desempenho de um servidor que trabalha com computadores de 20 anos atrás e sem recursos mínimos? É ilusão pensar que o Estado está inchado e a produtividade se mantém baixa - afirma. (*Do Valor)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pacote de gestos

LUÍSA MARZULLO E LAURIBERTO POMPEU BRASÍLIA

Publicamente, o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua a evitar, quando não hostilizar, uma maior austeridade nos gastos de governo. Mas nos corredores do Palácio do Planalto, o corte de gastos já deixou de ser um tabu, e aliados de Lula defendem que se faça alguma redução real de despesas, dentro do que for possível numa administração que investe em programas sociais, facilidades do microcrédito e outras medidas que exigem que se abra o cofre. A tesoura iria então para as viagens ao exterior e em pastas de menor orçamento. Mas ainda há resistências internas a essa mudança de rumo.

Há quem proponha a fusão de pastas das áreas sociais como Igualdade Racial, Mulheres e Direitos Humanos em uma mesma estrutura. O argumento é que, mesmo simbólicas, essas reformulações ajudariam a reposicionar o presidente, já tendo em vista as eleições do ano que vem.

- Lula deve reduzir o número de ministérios -defendeu o deputado Zeca Dirceu (PT-PR). -Só reduzir já seria simbólico.

A menos de um mês do recesso parlamentar, cresce no Planalto a percepção de que, diante dos índices de aprovação em queda e com o governo encurralado pelo Congresso, é preciso o lançamento informal de um novo ciclo político, o chamado "Lula 4". Nesta nova etapa, as políticas sociais seriam reforçadas, para indicar maior proximidade com o eleitorado de menor renda. Mas ao lado de medidas de enxugamento.

O movimento ganhou fôlego nas últimas semanas, impulsionado pela crise em torno dos decretos que aumentavam o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e foram derrubados pelo Legislativo. A decisão do governo de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) acirrou a tensão com congressistas.

Na sexta-feira, Lula acenou com a possibilidade de um novo mandato. A manifestação ocorre em meio a uma campanha de governistas pela taxaço dos "superricos" e a intensificação do discurso do "nós contra eles".

- Não quero nervosismo. Tem gente pensando que só porque eu tenho um ano e meio de mandato o governo acabou, mas eles não sabem o que estou pensando. Se tudo tiver como estou pensando, esse país vai ter

pela primeira vez um presidente eleito quatro vezes - afirmou o presidente.

A ideia é iniciar essa virada com um "pacote de gestos", que incluiria a contenção de viagens internacionais e o relançamento de programas sociais voltados ao empreendedorismo popular.

Um dos pilares dessa agenda direcionada aos pequenos empreendedores seria a ampliação de linhas de microcrédito e o reforço de financiamento para grupos-chave, como motoboys que desejam comprar motocicletas, além de estímulos ao microempreendedor individual (MEI).

A ideia é mostrar que o governo "sabe com quem está falando" e não está refém do Congresso.

Aliados defendem ainda o resgate de bandeiras que sustentaram a popularidade de Lula em mandatos anteriores, como os programas sociais. Um articulador reconhece que é preciso organizar o discurso político para fazer a transição do Lula 3. O povo, segundo ele, lembrado Bolsa Família e do Minha Casa Minha Vida. "Mas e agora?", pergunta, apesar de iniciativas como o Pé-de-Meia, lançado para combater a evasão no ensino médio.

Por enquanto, o núcleo mais próximo de Lula, que inclui o ministro da Secretaria de Comunicação, Sidônio Palmeira, está focado no embate com o Congresso e na orientação do discurso sobre a necessidade de taxar os mais ricos. Esse também pode ser um discurso incorporado à campanha eleitoral.

Segundo parte dos governistas, há ainda problemas para a construção de um caminho de consenso. No Planalto, por exemplo, os sinais de desgaste são filtrados, e evita-se levar ao presidente diagnósticos mais duros. Publicamente, ministros também não comentam o assunto.

-O governo está no rumo certo. As entregas que estão sendo feitas significam o cumprimento das promessas feitas -disse o titular do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira.

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, deputado Rogério Correia (PT-MG), não vê necessidade de cortes adicionais.

-O que falta agora é ampliar a arrecadação sobre os

mais ricos, que hoje têm isenções absurdas -afirmou. Mas o otimismo não é compartilhado por todos os parlamentares, como é o caso do líder do PDT na Câmara, deputado Mário Heringer (MG). Após a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência, a bancada pedetista se afastou da base.

-Vai ser um grande exercício. Se (o governo) não melhorar esse relacionamento (com o Congresso), não terá nenhuma chance -disse Heringer.

O presidente do Solidariedade, deputado Paulinho da Força (SP), que apoiou a reeleição de Lula mas vem fazendo críticas ao governo, tem o mesmo diagnóstico:

- A situação do governo não é nada boa. O governo hoje não aprova mais nada no Congresso. Se não houver um acordo, o final do governo Lula será dramático.

PRIORIDADE NO CONGRESSO

Parte da estratégia para a "virada" passa pela aprovação de projetos prioritários, como o texto que isenta de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Outro texto estratégico é a PEC da Segurança Pública, que amplia a competência da União na área. Mas a proposta enfrenta a resistência de governadores e tem como relator o deputado Mendonça Filho (União-PE), da oposição.

Há outras iniciativas paradas, como a regulamentação do trabalho por aplicativos, o novo Plano Nacional de Educação, o Marco Legal da Inteligência Artificial e a segunda fase da regulamentação da **reforma tributária**, o que reforça a crítica de que o governo está fragilizado no Parlamento. No entanto, o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL), avalia que, apesar dos atritos, o projeto do IR será aprovado a tempo de valer em 2026.

**

PROPOSTAS PARA UM "LULA 4V

Economizar e reduzir

A redução das viagens internacionais e ações que sinalizem a intenção do governo de cortar custos são consideradas importantes. Parte dos aliados defende a fusão de ministérios, como os da área social: Igualdade Racial, Mulheres e Direitos Humanos, por exemplo, poderiam ser reunidos numa só estrutura. O argumento é que a reformulação ajudaria a reposicionar a imagem do presidente. Mas há resistências dentro do governo, e o próprio Lula, publicamente, tem se mostrado contrário a esse rumo.

De olho nas novas demandas...

Uma das principais medidas sugeridas por aliados de Lula é a expansão das linhas de microcrédito e o reforço no financiamento de grupos de grande representatividade entre os eleitores, como o dos entregadores que querem novas motocicletas. Estímulos aos microempreendedores individuais, os MEIs, seriam outra vertente da estratégia.

A intenção é mostrar que o governo está atento às demandas que se fortaleceram na camada mais pobre da população e tem capacidade de atendê-las.

... Sem esquecer as antigas

A avaliação do entorno do presidente é que falta um programa que se consolide como a marca do terceiro mandato, a exemplo do que ocorreu anteriormente com o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Por isso, iniciativas de forte apelo social e populares em outros mandatos de Lula seriam relançadas e ganhariam ênfase também na atual administração: políticas novas, como o Pé-de-Meia, lançado pelo MEC para combater a evasão escolar, não estão sendo suficientes.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajuste fiscal depende de todos, afirma presidente da Fiesp

Por Marcos Strecker - Para o Valor, de São Paulo

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes, não quer atribuir a culpa da atual crise fiscal ao governo ou ao Congresso. Mas diz que todos parecem atuar visando as próximas eleições, o que fará as soluções estruturantes atrasarem até o novo presidente ser eleito, "seja ele quem for". Para equacionar o desequilíbrio orçamentário, ele propõe um "novo Plano Real", com participação de toda a sociedade, e não só do Executivo e do Legislativo. Com mandato na principal entidade industrial do país até dezembro próximo, ele defende a gestão de Gabriel Galípolo no Banco Central (BC) e diz que "é uma pena ver o [ministro da Fazenda, Fernando] Haddad todo mês tentando fechar as contas".

Ao Valor, repete o termo utilizado em uma rara nota pública emitida em junho e diz esperar que os governantes debatam de maneira "adulta" uma solução para os próximos dez anos e cobra responsabilidade compartilhada, inclusive do setor produtivo, para uma solução do problema fiscal.

Valor: O Congresso derrubou o decreto de aumento do IOF e o governo judicializou a questão. Como o sr. vê esse imposto?

Josué Gomes: Somos contra o IOF. Lutamos durante 30 anos para reduzir **impostos** indiretos cumulativos. Esse é um dos maiores ganhos com o IVA [aprovado na **reforma tributária**]. E mesmo no IVA, a alíquota de referência provavelmente vai se situar em torno de 28,5%. Poderia ser em torno de 20%, se não tivéssemos o número enorme de exceções. O IOF, claro, é outra questão, mas acaba também sendo cumulativo, principalmente na indústria, que tem várias etapas de produção. Há uso intensivo tanto de Capex, ou seja, de investimentos em equipamentos, como também de capital de trabalho. A oneração dos financiamentos pelo IOF mais alto traz impacto gigantesco que ainda por cima se acumula ao longo da cadeia. No caso dos veículos, você vai ter não só o IOF sobre a produção do veículo e a transferência dele para a revenda, como também para o consumidor final, que eventualmente financia. O IOF não é um imposto arrecadatório, é regulatório. Traz um conjunto de malefícios que acabam sendo contraproducentes.

Valor: Como resolver o desequilíbrio nas contas públicas?

Gomes: Nós, como sociedade, precisamos lançar um novo Plano Real para um ajuste das contas. Mas na situação em que estamos, muitos clamam por um ajuste desde que a conta seja paga por outro. Acho que a própria indústria precisa estar disposta a debater os gastos tributários. Não gosto muito dessa nomenclatura, acho que são subsídios mesmo. Muitos se justificaram quando foram introduzidos, mas vão sendo prorrogados de maneira indefinida. Deixam de produzir os efeitos positivos a que foram inicialmente destinados, passam a produzir malefícios de uma pior alocação de capital. O Brasil precisa fazer, como muitos países fazem, uma revisão periódica de gastos públicos e subsídios para ver se atendem retornos econômicos e sociais adequados. Se não atendem, têm que ser modificados, aperfeiçoados, eliminados. Se fizéssemos isso, talvez não estivéssemos na situação atual.

Qualquer que seja o vencedor, aquele que for eleito terá que fazer em 2027 um ajuste importante"

Valor: Como o sr. avalia a gestão de Gabriel Galípolo no BC?

Gomes: O presidente do BC tem se mostrado muito aberto a dialogar - não só com o setor financeiro, mas com a economia real, com a indústria, com o comércio - e a explicar as posições da instituição. Não vou entrar no mérito, mas é óbvio que os juros reais do Brasil são um despropósito. Não há nenhuma atividade econômica que consiga remunerar juros reais de quase 10% ao ano. Mas, é óbvio, essa é uma decisão que depende de outras variáveis. O que a sociedade precisa discutir é como encontrar um caminho para que possamos ter juros reais compatíveis com a riqueza e a solidez do país.

Valor: Como?

Gomes: Uma das razões desses juros reais serem tão altos é o que o presidente do BC denominou de vacinas - eu uso o termo meia-entrada. Desenvolvemos no Brasil uma habilidade de achar outro para pagar a conta, seja a do gasto tributário, seja a da política monetária. Isso é muito ruim para a economia. Por isso brinco que estou me

transformando num empresário ultraliberal. Mais do que nunca, vejo que a alocação de recursos se dá de maneira muito mais eficiente e muito melhor para o desempenho da economia quando os setores têm condições isonômicas de competição. Obviamente, dois dos principais preços da economia são justamente juros e tributação. Se tivéssemos uma maior homogeneidade de tributação, além de a alíquota provavelmente ser mais baixa, teríamos menos sonegação e não precisaríamos ter tanto tratamento diferenciado para um segmento ou outro.

Valor: Temos Executivo de um lado e Congresso de outro. Como se pode chegar a um acordo mínimo para equilibrar as contas públicas?

Gomes: Infelizmente, nossos representantes, tanto no Executivo como no Legislativo, parecem se guiar por um calendário eleitoral antecipado. Ao invés de tomarem decisões que são boas e estruturantes para o país, visam apenas 2025, e não, digamos, até 2035. Isso frustra porque traz insegurança, posterga o desenvolvimento. E tudo nesse cenário conturbado mundial, sujeito a surpresas. Espero que nossos homens públicos, com apoio da sociedade, debatam de maneira adulta uma solução para os próximos dez anos, que beneficie o atual governo e o próximo, que beneficie a sociedade.

Valor: Os investimentos já estão sendo afetados por causa da crise?

Gomes: O Brasil poderia ser um grande destinatário de investimentos, estar com uma taxa de crescimento econômico e de desenvolvimento social muito mais elevada se estivéssemos fazendo o nosso dever de casa. O momento de fazer isso é agora, não é ficar adiando por cálculo eleitoral. Valor: O ministro da Fazenda terá força para garantir neste final de mandato o equilíbrio nas contas?

Gomes: Se ao invés de estarmos travando uma disputa eleitoral, estivéssemos trabalhando para o crescimento econômico sustentável, talvez ele tivesse conseguindo uma solução mais definitiva. É uma pena ver o Haddad todo mês tentando fechar as contas.

Valor: As mudanças estruturantes não avançam por causa do ministro ou do Congresso?

Gomes: Não adianta fulanizar, é tarefa da sociedade. É claro que são as autoridades que vão decidir, as do Legislativo e as do Executivo. E também do Judiciário, que tem que ter uma parcela de participação. Mas é uma tarefa da sociedade, como foi o Plano Real. Mesmo que um ajuste fiscal seja feito agora, o presidente eleito em 2026 terá que iniciar o mandato fazendo um acerto mais estrutural nas contas públicas.

É inevitável. Quaisquer que sejam os candidatos e qualquer que seja o vencedor, aquele que for eleito terá que fazer em 2027 um ajuste importante.

Site:

<https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/agenda-brasil/noticia/2025/07/07/ajuste-fiscal-depende-de-todos-afirma-presidente-da-fiesp.ghtml>

Empresas querem novo prazo para escolha de regime tributário

Beatriz Olivon De Brasília

Confederações representantes do setor produtivo pediram ao Ministério da Fazenda que adie a implantação de uma mudança no sistema de abertura de empresas, prevista para o próximo dia 27. O principal ponto questionado é a exigência de escolha do regime tributário no momento do registro. Hoje, isso pode ser feito em até 30 dias após a obtenção do CNPJ, o que, alegam, dá mais tempo para um planejamento estratégico.

O ofício é assinado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg), Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e Confederação Nacional da Indústria (CNI).

As confederações apontam riscos operacionais, jurídicos e econômicos que podem impactar o ambiente de negócios, especialmente para micro e pequenas empresas. Isso por causa da exigência da definição do regime tributário no ato de registro.

Além disso, a concessão do CNPJ dependerá do preenchimento de novos questionários ainda não totalmente divulgados. Por isso, as confederações pontuam que o atual prazo médio de até dois dias úteis para a abertura de empresas poderá aumentar. As confederações destacam ainda que as juntas comerciais não estariam prontas para adaptar os próprios sistemas até o dia 27.

As alterações constam da Nota Técnica Cocad da Receita nº 181, de 2025.0 diretor da CNC Daniel Coelho afirma que essa nota foi uma surpresa para o mercado porque não foi discutida com as entidades. "Essa mudança, se acontecer, vai afetar qualquer tipo de empresa no processo de abertura", afirma.

Para ele, a retirada da emissão de CNPJ do fluxo simplificado tornará esse procedimento mais demorado. "Será um processo à parte, depois de registrado o contrato social terei que pedir à Receita o CNPJ e, depois, pedir as inscrições locais", diz. "Não

existe nenhum artigo [da **reforma tributária**], nem nas entrelinhas, que justifique essa mudança".

Segundo Renan Luiz Silva, superintendente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), hoje há um processo integrado e rápido na legalização e abertura de empresas em que a junta centraliza as informações e o trâmite se dá dentro de portais digitais, o que otimiza e reduz prazos. "Micro e pequenos empresários terão que contratar contadores ou advogados", afirma. "Às vezes, a empresa é aberta para fazer um contrato de locação com o CNPJ e depois iniciar a operação. Agora isso fica um pouco prejudicado", acrescenta.

A Federação Nacional das Juntas Comerciais (Fenaju) também critica a mudança. Em nota, afirma que a medida é "decisão unilateral da Receita" em desprestígio ao deliberado no colegiado interfederativo. Por isso, a medida "seria uma possível ofensa ao pacto federativo". "Isso significa um grande retrocesso no registro de empresas, retornando para mais de uma década atrás", diz.

"Todas as novas empresas mercantis que passarão pela junta serão afetadas. É mais um passo, pequeno que seja, de desincentivo ao empreendedorismo e à criação de novas empresas", afirma Mareio Alabarce, sócio tributarista do Canedo, Costa, Pereira e Alabarce Advogados.

O advogado pontua que, em leilões de concessão pública, por exemplo, quem apresenta a proposta precisa constituir uma Sociedade de Propósito Específico em pouco tempo, e faz diferença se a abertura ocorrerá em dois dias ou um pouco mais. "Também não entendi por que a Receita precisa, neste momento, da informação do regime tributário", afirmou. A antecipação da opção formal pelo regime tributário afetará as empresas, segundo Alabarce.

Em nota, a Receita negou que as novas regras atrapalhem a abertura de empresas e o ambiente de negócios. "O empreendedor não terá que iniciar um novo procedimento moroso para a obtenção do CNPJ após o registro societário. O fluxo continuará sendo digital e integrado, mantendo a celeridade já alcançada", disse. "A evolução representa avanços na simplificação de registro e legalização de pessoas jurídicas por sistema modernizado, com redução de

prazos para a operação da empresa e mantendo a integridade das informações cadastrais"(Co/a-borou Guilherme Pimenta).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188256?page=20§ion=1>

Bancos fazem previsões otimistas para mercado de ações no segundo semestre

BRUNO ANDRADE BEATRIZ ROCHA E-INVESTIDOR

O Ibovespa avançou 15,44% no primeiro semestre de 2025, impulsionado pelo otimismo do mercado, apesar do cenário de juros elevados e do temor fiscal no País. Segundo analistas ouvidos pela reportagem, a tendência de alta deve persistir neste segundo semestre, mas há riscos no radar.

De acordo com Luciano Telo, CIO (chief investment officer) do UBS Global Wealth Management no Brasil, o fluxo de recursos para a Bolsa de Valores brasileira no primeiro semestre foi impulsionado por fatores globais que beneficiaram a América Latina. "O momento do dólar mais fraco provoca um reposicionamento dos ativos globais, com o capital migrando para outras regiões, já que muitos investidores estão excessivamente expostos a ações nos Estados Unidos", explica.

Em linhas gerais, os analistas dizem que o fluxo do investidor global em direção aos mercados emergentes deve continuar nos próximos meses.

O estrategista-chefe do Itaú BBA, Daniel Gewehr, vê o Ibovespa barato, negociado a preço sobre lucro (P/L) de 8 vezes, abaixo de sua média histórica de 10 vezes. O múltiplo mostra quantos anos o investidor deve esperar para o retorno do investimento realizado.

"As empresas são grandes vencedoras do cenário macroeconômico adverso com a Selic a 15% ao ano", diz Gewehr. O Itaú BBA estima que o Ibovespa deve encerrar 2025 aos 145 mil pontos.

O JPMorgan projeta que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve desacelerar no segundo semestre de 2025 devido às altas taxas de juros, mas a **inflação** em queda deve permitir que o Banco Central (BC) alivie as taxas até o final do ano. O banco prevê a Selic a 10,50% ao ano no término de 2026. "Essa flexibilização pode beneficiar o mercado acionário brasileiro, especialmente as empresas de alta alavancagem.

As ações brasileiras continuam muito subavaliadas, por isso as estimativas apontam que os ativos locais ainda são atraentes", reforçam Rajiv Batra, Emy Shayo Cherman e Anindita Gandhi, que assinam o relatório do JPMorgan.

Para o Santander, a Bolsa deve terminar 2025 por volta dos 160 mil pontos devido ao início da queda da taxa de juros.

Na visão de Ricardo Peretti, estrategista da Santander Corretora, a Selic terá seu primeiro corte na primeira reunião do próximo ano, com os juros encerrando 2026 em 13%. "Esse é outro fator que pode encher ainda mais o mercado acionário de investidores estrangeiros", afirma.

Jerson Zanlorenzi, chefe da mesa de ações e derivativos do BTG Digital, afirma que o caminho para o Ibovespa atingir os 160 mil pontos não é linear.

"Temos boas perspectivas, mas com convicção de volatilidade.

O cenário pode mudar com bastante velocidade.

Fica muito difícil saber se daqui a duas horas teremos um novo conflito armado e o petróleo pode subir 15%, precipitando toda a **inflação** do mundo e mudando os ciclos de juros ditados pelos bancos centrais", argumenta.

Além do fluxo de investidor estrangeiro e do corte de juros, o mercado também pode observar uma alta no índice devido a proximidade do cenário eleitoral. Os analistas do JPMorgan dizem que pesquisas indicando uma troca de governo podem animar o mercado, que almeja uma gestão que resolva o déficit das contas públicas.

"A narrativa eleitoral se mostra vital. Pesquisas evidenciam crescente rejeição ao presidente Lula e aumento da competitividade dos candidatos da oposição para a corrida à Presidência da República", dizem, em relatório.

APOSTAS. O E-Investidor consultou as carteiras recomendadas de ações de nove bancos e corretoras para julho. O papel da Copel foi o mais citado pelas casas, com cinco indicações.

Itaú e Prio completaram o ranking, com quatro citações cada.

Para Fernando Bresciani, analista de investimentos do

Andbank, a Copel continua descontada na Bolsa. "Enquanto isso, as expectativas seguem positivas para a empresa, que deve entregar bons resultados no segundo trimestre de 2025", diz.

A Ágora concorda que os fundamentos da companhia ainda não parecem totalmente precificados e mantém a empresa como uma das suas principais recomendações no setor elétrico.

A casa relembra que, em maio, a Copel anunciou sua nova política de estrutura de capital, estabelecendo uma meta para a relação dívida líquida/ EBITDA (lucro antes de juros, **impostos** depreciação e amortização) de 2,8 vezes.

Em relação ao Itaú, a corretora entende que os últimos resultados foram positivos, com destaque para a forte expansão da margem com clientes.

Além disso, a percepção é de que as despesas com provisões (dinheiro reservado para cobrir os calotes dos clientes) e os empréstimos inadimplentes seguem controlados, enquanto as despesas operacionais ficaram dentro das expectativas, o que reforça a confiança na tese de ITUB4 para a segunda metade do ano.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receitas dos EUA com tarifas explodem na guerra comercial

As receitas dos Estados Unidos com tarifas de importação quase quadruplicaram em comparação com um ano antes, e chegaram a um recorde de US\$ 24,2 bilhões em maio, o primeiro mês completo em que a tarifa abrangente de 10% do presidente Donald Trump esteve em vigor.

A cifra representa um aumento de mais de 25% em comparação com o mês anterior, enquanto o valor total das importações de mercadorias dos Estados Unidos praticamente não teve alterações de abril para maio.

O que esses números sugerem é que a guerra comercial do presidente pode oferecer um reforço muito necessário para os cofres do governo americano, agora que os republicanos no Congresso garantiram a aprovação de seu principal projeto de lei fiscal.

A previsão é de que o projeto, que amplia os enormes cortes de **impostos** do primeiro governo Trump, mas faz cortes **drásticos** nos programas de saúde pública para americanos de baixa renda, acrescente US\$ 3,4 trilhões ao déficit do governo dos EUA ao longo da próxima década.

Mas os dados também ressaltam o potencial que seus aumentos agressivos de tarifas feitos por Trump têm para distorcer os fluxos do comércio mundial.

As importações dos Estados Unidos vindas da China caíram para US\$ 19,3 bilhões, uma redução de 21% em comparação com o mês anterior e de 43% em comparação com o mesmo período de 2024, o que reflete um enfraquecimento expressivo no comércio entre as duas maiores economias do mundo.

Em abril, Trump chegou a impor novas tarifas de 145% sobre todos os produtos chineses, que acabaram reduzidas a 30% depois de reuniões de negociação entre autoridades dos Estados Unidos e da China em Londres e Genebra.

A queda no comércio levou as importações chinesas destinadas ao consumo interno para seu menor nível em 19 anos.

O presidente americano tem visado a China em particular enquanto busca reformular o comércio

mundial com os argumentos de que quer trazer a manufatura de volta para os EUA e de que a arrecadação com as tarifas tornará o país "muito rico".

Trump tem insistido em que as receitas conseguidas com as tarifas podem reduzir a dependência do imposto de renda. Mas mesmo com o aumento dos valores arrecadados, em maio essas receitas só corresponderam a cerca de 7,7% do déficit fe-

deral de US\$ 316 bilhões.

O valor do déficit, porém, oscila de mês para mês. A soma arrecadada em maio foi equivalente a cerca de 14,5% da diferença típica entre gastos e receitas federais no ano passado, de US\$ 166 bilhões.

Apesar de impor as maiores tarifas especificamente para a China, Trump provocou um tombo no mercado mundial de ações com o chamado "dia da libertação", em abril, quando impôs tarifas de 10% a 50% sobre os produtos da maioria dos parceiros comerciais dos EUA - que depois foram reduzidas para 10% por um prazo de 90 dias.

Desde 9 de abril, uma alíquota mínima de 10% é aplicada a quase todas as importações de mercadorias. Certos produtos, como os farmacêuticos e os semicondutores, estão isentos, mas podem ter de pagar uma tarifa separada no futuro, enquanto uma alíquota maior, que varia de 25% a 50%, incide sobre aço, alumínio e automóveis.

Se a pausa de 90 dias terminar na quarta-feira (9), como planejado, os EUA devem aumentar as tarifas sobre produtos de dezenas de países que não fecharam acordos especiais. Trump ameaçou a União Européia com uma taxa de 50% caso um acordo não seja alcançado, enquanto o Vietnã conseguiu negociar uma tarifa de 20%, inferior à original de 46% que os Estados Unidos ameaçavam impor.

A alíquota tarifária efetiva, calculada como a média das tarifas cobradas sobre todas as importações como uma porcentagem de seu valor, aumentou para 8,8% em maio, o que a torna a maior desde 1946. Para os produtos chineses, a alíquota tarifária atingiu o recorde de 48%.

No fim de maio, os EUA dobraram as tarifas sobre o

aço e o alumínio para 50%, e mais tarde expandiram sua definição para incluir produtos derivados do aço, como freezers, lava-louças e máquinas de lavar.

Uma análise do Yale Budget Lab indica que se as tarifas em vigor em 16 de junho forem mantidas, sem novos aumentos, depois de quarta-feira, a alíquota efetiva se estabilizaria em cerca de 15%, mesmo depois de levar em conta mudanças no comportamento do consumidor.

Se os vários efeitos das tarifas na economia americana forem levados em consideração, a projeção do centro de estudos é de que a política tarifária atual arrecadaria US\$ 2,2 trilhões entre 2025 e 2034, mas as receitas líquidas nesse mesmo período ficariam em US\$ 1,8 trilhão por causa das reduções nas fontes de receita tributária em outras áreas.

Embora seja uma quantia elevada, ela é significativamente menor do que os US\$ 3,4 trilhões que se prevê que serão adicionados à dívida federal dos EUA no mesmo período com a implementação do projeto de lei tributária de Trump, de acordo com estimativas do Escritório de Orçamento do Congresso (CBO, na sigla em inglês).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188256?page=20§ion=1>

Cenário favorece real mais apreciado até o fim do ano

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

O câmbio doméstico contrariou as projeções traçadas no início do ano e se fortaleceu de forma consistente. Com o dólar perto de R\$ 5,40, parte do mercado continua a revisar para baixo as expectativas para a moeda americana e vê espaço para que o real se mantenha em níveis mais apreciados. No começo de janeiro, a mediana das projeções das instituições financeiras, no relatório Focus do BC, apontava para dólar em torno de R\$ 6 no fim deste ano. Enquanto alguns bancos mantêm um tom mais cauteloso, outros já projetam um câmbio ainda mais forte, sustentado pelo elevado diferencial das taxas de juros.

O caso recente mais evidente é o do Goldman Sachs, cuja projeção aponta agora para dólar a R\$ 5,10 em seis meses, ou seja, no fim de 2025. "O real é uma das moedas com melhor desempenho neste ano, sustentado por uma queda no prêmio de risco específico do país (que havia aumentado no fim de 2024), por taxas reais elevadas e por um ambiente global mais favorável a risco", escrevem os estrategistas do banco americano em relatório a clientes.

"Do ponto de vista tático, esse desempenho acima da média torna o real vulnerável a possíveis oscilações no apetite por risco ou a manchetes relacionadas à situação fiscal doméstica. No entanto, fora das considerações de curto prazo, acreditamos que há espaço para uma valorização adicional da moeda e para que ela continue superando outros ativos em retorno total na segunda metade de 2025", avaliam os profissionais do Goldman Sachs.

Há no mercado um sentimento geral de maior otimismo com os ativos brasileiros, sobretudo pelo capital externo. Foi o que notaram os profissionais do HSBC, em relatório enviado a clientes, sobre sua percepção em relação aos mercados domésticos durante conversas recentes com investidores estrangeiros em Londres. De acordo com o banco, operações compradas (apostas na alta) em real contra o dólar e aplicadas em juros "são apostas consensuais".

"Não nos lembramos de um período com viés tão otimista em relação aos ativos locais nos últimos anos, segundo os clientes. Os juros reais elevados são um

dos principais motivos para esse otimismo, enquanto o real é beneficiado pela fraqueza do dólar", afirmam. De acordo com o banco, a percepção é que há uma preferência mais forte por expressar esse otimismo por meio do real, e não via mercado de juros, o que marca uma diferença em relação aos investidores locais.

Até sexta-feira, o dólar acumula queda de 12,23% no ano ante o real, um valor semelhante ao de outros mercados emergentes, embora a divisa brasileira, de fato, exiba uma apreciação um pouco superior. O dólar recua 10,68% contra o peso mexicano no ano; cede 7,66% em relação ao peso chileno; e tem baixa de 0,56% na comparação com o peso colombiano.

Embora no acumulado do ano o real apresente desempenho superior aos pares regionais, o comportamento mais recente da moeda brasileira se mostra bem alinhado. Esse resultado, na avaliação do estrategista-chefe para mercados emergentes do Deutsche Bank, Drausio Giacomelli, reflete alguns fluxos sazonais de saída de dólares do país e o aumento das tensões entre o governo e o Congresso Nacional, o que "eleva levemente o grau de dificuldade para o cumprimento da meta fiscal de 2026, mas, ao mesmo tempo, limita a capacidade do governo de introduzir **impostos** altamente distorcivos e de expandir ainda mais os gastos".

No campo positivo para o real, Giacomelli obseiva que a sinalização do Banco Central de que manterá a Selic alta "por um período bastante prolongado" aponta para um diferencial de juros crescente em relação a outros países, ao mesmo tempo em que o pior momento para o balanço de pagamentos "provavelmente já passou".

Nesse sentido, o Deutsche Bank continua a projetar dólar cotado a R\$ 5,50 no fim deste ano, mas diz esperar que "um compromisso entre o governo e o Congresso; uma política monetária restritiva; o enfraquecimento do dólar global; e uma melhora nos fluxos sustentem ganhos moderados no câmbio à vista e bons retornos totais".

O Bradesco, na equipe de economistas comandada por Fernando Honorato Barbosa, também projeta o dólar a R\$ 5,50 no fim do ano, embora observe que, na comparação com os pares, seria possível uma valorização bem mais expressiva do real. Em revisão de cenário, o banco apontou que o dólar poderia

chegar a R\$ 5,03 se acompanhasse o desempenho da cesta de moedas emergentes e, caso seguisse o DXY, poderia alcançar R\$ 4,63.

"Entretanto, as incertezas fiscais de médio prazo podem alterar essa trajetória e impedem alta convicção na direção dos modelos", afirmam os economistas do banco. "Por isso, decidimos ajustar a projeção para próximo dos níveis correntes, em R\$ 5,50 por dólar. A decisão da interrupção da alta de juros pelo BC, combinada com o ambiente global, deve favorecer o 'cauy trade' e a tomada de risco pelos estrangeiros, nos próximos meses, amparando essa direção de apreciação."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188256?page=20§ion=1>

Populismo político é prejudicial à inovação

Os Estados Unidos celebraram o ano de 1776 na sexta-feira - ou seja, o momento em que, em 4 de julho daquele ano, declararam sua independência dos britânicos. Porém, faria bem aos líderes em Washington refletir sobre outro ano, mais adiante naquele mesmo século: 1791.

Esse foi o momento em que o Reino Unido descobriu o quanto o populismo político pode ser prejudicial à inovação científica. E embora esse episódio seja pouco conhecido nos Estados Unidos, ele deveria servir como um alerta, especialmente agora, que o presidente Donald Trump obteve a aprovação no Congresso do seu "grande e belo" projeto de lei sobre **impostos** e gastos do governo.

Esta é a história da Sociedade Lunar, uma rede de empreendedores, cientistas e cidadãos curiosos que surgiu em Birmingham na metade do século 18. Ela se organizava em torno de jantares realizados durante a lua cheia, para facilitar as viagens-daí o nome.

Ao longo de várias décadas, essa rede estimulou invenções que aceleraram a revolução industrial, incluindo a descoberta do oxigênio e da água gaseificada (por Joseph Priestley), motores a vapor avançados (James Watt) e cerâmicas inovadoras (Josiah Wedgwood).

Pense nela como uma versão do Vale do Silício no século 18, um lugar onde a inovação florescia graças à proximidade entre os indivíduos-chave que atuavam em uma comunidade intelectualmente livre e diversificada, com muito menos interferências políticas do que em centros como Londres.

Em 1791 o Reino Unido viveu uma onda de polarização política e populismo. Multidões atacaram as oficinas da Sociedade Lunar, inovadores como Priestley emigraram e a rede ruiu. "O dano foi além da destruição física", observa David Cleavelly, um empreendedor britânico, em um novo livro, "Serendipity". "Os tumultos enviaram uma mensagem clara sobre a vulnerabilidade das redes intelectuais às pressões políticas... e um clima de medo se instalou."

Essa história ainda ressoa 234 anos depois. Nos EUA, há uma onda de preocupação entre cientistas diante dos ataques de Trump à pesquisa científica. Em Harvard, por exemplo, US\$ 2 bilhões em financiamento - em sua maioria voltado para pesquisas médicas - estão em risco por causa de uma suposta retaliação política do pre-

sidente contra a universidade. Na Nasa, metade do orçamento destinado a pesquisas científicas poderá ser cortado, segundo os planos de financiamento de Trump para 2026. Bilhões de dólares também estão prestes a ser retirados dos orçamentos da National Science Foundation e dos National Institutes of Health.

De fato, Cassidy Sugimoto, professora de políticas públicas do Geórgia Institute of Technology, sugeriu esta semana em Londres que o conjunto das medidas de Trump representa um "corte de 50%" em todo o financiamento público a pesquisas científicas nos EUA. "Trump reduziu o financiamento à ciência para os níveis mais baixos em décadas", lamentou ela.

Mas o que é tão notável quanto esses números é o medo despertado pelos ataques políticos de Trump a causas "woke" (como a diversidade) e à ciência que seus apoiadores populistas desaprovam (como a pesquisa de vacinas). Isso não afeta apenas instituições como Harvard; cientistas americanos me dizem que programas de pesquisa estão sendo rejeitados em todo o país se contiverem palavras ou prefixos controversos como "trans", "bi" ou "gênero" - mesmo se usados em conexão como, digamos, "estrelas binomiais" ou camundongos

"transgêneros".

"É uma coisa orwelliana - como se um programa de inteligência artificial simplesmente cortasse qualquer coisa com essas palavras", me disse um eminente matemático.

Em resposta, cientistas estão trocando bilhetes secretos sobre como evitar os censores. Batalhas internas eclodiram em instituições de prestígio como as Academias Nacionais de Ciência, Engenharia e Medicina, sobre se devem ou não capitular diante de Trump.

Enquanto isso, alguns cientistas estão deixando os EUA. Em abril, a publicação "Nature" calculou que, em 2025, os pedidos de emprego feitos por cientistas americanos a instituições do Canadá, Europa e Ásia (exceto China) foram, respectivamente, 41 %, 32% e 39% maiores do que em 2024. E esta semana, a França apresentou com orgulho seu primeiro grupo oficial de "refugiados científicos: um grupo de oito pesquisadores que vai se juntar à Universidade de Aix-Marseille.

Os apoiadores de Trump me dizem que essas saídas não importam, uma vez que são apenas uma gota no vasto oceano de talentos americanos. A Casa Branca também insiste que as estruturas de financiamento científico estavam infladas demais e

precisavam de uma reformulação para desencadear uma nova "Era Dourada" da ciência.

Além disso, não há sinais de que esse ataque tenha realmente prejudicado a máquina de inovação em lugares como o Vale do Silício - ou pelo menos ainda não. E talvez isso não surpreenda. Em áreas como a inteligência artificial (IA), uma parcela crescente da pesquisa hoje acontece no setor privado. E muitos inovadores na Califórnia estão tentando ignorar o barulho vindo de Washington, para se concentrar em seus próprios projetos. "É uma forma de lidar com a situação", me disse um deles.

Mas a lição da saga da Sociedade Lunar é que nenhuma rede de inovação está a salvo. Esse ataque é uma autodestruição absurda. Por isso, no momento, resta torcer para que a ofensiva chocante de Trump sobre a ciência seja revertida. Enquanto isso, líderes empresariais e políticos do país precisam, com urgência, apoiar grupos de pressão como o 314 Action, que está combatendo os planos de Trump - e também se manifestar publicamente. Pense nisso da próxima vez que vir uma garrafa de água com gás - e então lembre-se de 1791. (Tradução de Mário Zamarían)

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188256?page=20§ion=1>

CUSTOS DO JUDICIÁRIO CHEGAM A 1,4% DO PIB

MARINA LANG*

Em uma comparação produzida em março pelo Tesouro Nacional, os tribunais de Justiça do Brasil registraram o segundo maior gasto entre 50 países, com um valor mais de quatro vezes acima da média internacional. O comparativo toma como base dados de 2022, que eram os mais recentes dentre os países analisados. Naquele ano, o Brasil gastou 1,33% do PIB -a média da lista é de 0,3% -, atrás apenas de El Salvador (1,59%). O relatório também mostra dados brasileiros de 2023, que estavam disponíveis: a despesa havia subido para 1,43% do PIB, ou R\$ 156,6 bilhões, dos quais 80,2% (R\$ 125,6 bilhões) foram direcionados para pagamento de magistrados e servidores. Ou seja, um aumento de 11,3% entre esses anos.

Três pontos são apontados por especialistas para combater os gastos do Judiciário: licenças compensatórias, pagamentos indenizatórios e verbas retroativas. A escalada nas cifras foi observada nos últimos quatro anos, com a criação de benefícios por meios administrativos que, segundo Bruno Carazza, professor associado da Fundação Dom Cabral e colunista do Valor, não têm amparo legal.

-São benefícios nacionalizados para estados ou a nível federal por decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), compostos em sua maioria por membros da carreira, que têm alto interesse em decidir em favor da categoria. Ou seja, surge benefício em um estado qualquer, e a associação de magistrados e do MP cria para toda a categoria.

Procurados, CNJ e CNMP não responderam.

Um dos pagamentos, segundo Carazza, é feito sob descrição indenizatória, que é prevista pela Constituição. O problema é que parte do que é carimbado

nesse quesito é, de fato, um pagamento remuneratório. A falta de distinção legislativa sobre esses tipos de remuneração é o que propicia brechas para turbinar esses salários, acima do teto constitucional de R\$ 46,3 mil.

- A gente vê juizes ganhando R\$ 100 mil, R\$ 400 mil.

Por exemplo: viajar é verba indenizatória, porque gera uma série de despesas que são indenizatórias. Já auxílio-alimentação e auxílio-saúde são remuneratórias, mas classificadas como indenizatórias. A distinção precisa ser rígida.

Outro problema também apontado pelos especialistas, os chamados pagamentos retroativos beneficiaram sete em cada dez magistrados brasileiros no ano passado, de acordo com um relatório da ONG Transparência Brasil lançado no começo de junho. Destes, 1.657 receberam acima de R\$ 500 mil apenas nesta rubrica. "De janeiro de 2018 a abril de 2025, o Judiciário distribuiu ao menos R\$ 10,3 bilhões em benefícios que, segundo o entendimento dos próprios magistrados, deveriam ter sido usufruídos em exercícios anteriores", diz o documento. "Em todo o período analisado, 2.679 juizes e desembargadores receberam mais de R\$ 1 milhão cada", prossegue o texto.

- São pagamentos muito acima do teto. Entende-se que, em dado momento, algum benefício não teria sido pago, aí concedem isso com multa de 10,15 anos. Só no ano passado, R\$ 3 bilhões de reais foram distribuídos no Judiciário em retroativos fora do teto constitucional - afirma Cristiano Pavini, coordenador de projetos da Transparência Brasil.

PASSANDO A BOIADA

Segundo ele, houve uma "enxurrada de decisões administrativas" relacionadas a pagamentos retroativos nos últimos dois anos.

Resolução recente do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Roberto Barroso, que preside o CNJ, estabeleceu que pagamentos retroativos só poderiam ser feitos com decisão transitada em julgado.

- Só que não foram todas as decisões administrativas atacadas, porque a decisão não é retroativa. Passaram a boiada e fecharam a porteira. São questões que vão onerar os cofres públicos por décadas -diz Pavini.

Ele também lista a licença compensatória, "penduricalho" que começou no Ministério Público da União (MPU) prevendo um terço do salário mais por acúmulo de função.

- Transformaram uma remuneração em compensação. É uma folga que pode ser vendida como indenização. O Judiciário viu isso e replicou -aponta.

O projeto de lei 2721/21, cujo intuito seria organizar esses pagamentos, piora a situação. Se sancionado, apenas quatro incisos desse projeto aumentariam o impacto orçamentário em R\$ 3,4 bilhões no Judiciário e no Ministério Público em 2025, com pagamentos em dobro do auxílio-saúde e do auxílio-refeição, segundo Jessika Moreira, diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente.

- Não faz sentido essas verbas serem classificadas como indenizatórias. A classificação entre indenizatório e remuneratório precisa ser corrigida, respeitando teto e descontando do imposto de renda.

O tema chegou a ser ventilado no Senado recentemente. Ciro Nogueira (PP-PI) disse, em reunião na Casa, que nenhum tema seria "mais importante do que nós enfrentarmos o tema de supersalários no país". Já o senador Esperidião Amin, (PP-SC) lembrou que o ministro Gilmar Mendes, do STF, usou a palavra "desordem" para se referir à questão, enquanto Jorge Kajuru (PSB-GO), em plenário, classificou os números dos supersalários como "estarrecedores".

-O Brasil precisa, com urgência, enfrentar o desafio maior que é enxugar a máquina pública que temos - disse.

Procurados, os três parlamentares não quiseram comentar o assunto.

Uma das poucas vozes a tratar abertamente do tema, o senador Fabiano Contarato (PT-ES) defende o enfrentamento da questão.

- Precisamos de critérios objetivos e que essas verbas só possam ser criadas por lei, não por decisão administrativa de cada órgão. Não podemos mais adiar uma pauta que é de interesse de toda a sociedade e tem um impacto fiscal considerável." (*Do Valor)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Setor de bebidas investe 8% mais em anúncios, mas cresce abaixo do PIB

Natália Flach De São Paulo

A indústria de bebidas não tem tido frescor no Brasil. Para estimular o consumo, as fabricantes elevaram em 8% os investimentos em marketing em 2024, em relação ao ano anterior. O resultado: o faturamento cresceu 2,1% em termos reais, atingindo R\$ 210,6 bilhões, enquanto o volume produzido avançou 1,2% - abaixo do **PIB** brasileiro, que subiu 3,4% no ano passado -, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia).

A categoria de bebidas passou, então, a responder por 3,47% do total de gastos com publicidade no país, de acordo com levantamento da consultoria Kantar Ibope Media. Ainda que o percentual seja considerável, o segmento caiu cinco posições no ranking de maiores anunciantes, ao passar de nono em 2023 para 14º no ano passado. A explicação é que outras indústrias investiram muito mais: jogos e apostas, por exemplo, elevaram os desembolsos em marketing em quase 50%. No bolso de muitos consumidores jogos e apostas também passaram a ter mais espaço.

Nos últimos anos, a indústria de bebidas alcoólicas também teve de se desdobrar para atrair o público jovem que se mostrava mais reticente em consumir álcool do que as gerações anteriores. Ao que tudo indica, a estratégia deu certo.

Pesquisa da consultoria global IWSR mostra que 73% das pessoas da geração Z - com idade legal para beber - disseram ter consumido álcool nos últimos seis meses. Trata-se de um avanço de 7 pontos percentuais em relação ao levantamento feito dois anos antes. Para efeito de comparação, 78% dos adultos de todas as idades afirmaram ter bebido álcool nos últimos seis meses.

Outra descoberta do estudo publicado em junho é que pessoas com até 27 anos são mais propensas a consumir uma gama maior de categorias de bebidas alcoólicas do que os consumidores em geral. A IWSR ouviu em março mais de 26 mil pessoas em 15 mercados, incluindo o Brasil.

As companhias de bebidas costumam dividir a verba de marketing entre investimentos em mídia e patrocínios ligados a esporte, música, festivais e festas típicas, como São João e Carnaval. A ideia é que os

consumidores sejam apresentados aos produtos e depois tenham a oportunidade de experimentá-los em eventos apoiados pelas marcas.

Nesse sentido, a televisão continua sendo um canal importante. Os 10 maiores anunciantes do setor desembolsaram R\$ 760 milhões em propaganda televisiva no ano passado, segundo informações da consultoria de engajamento de marca Tunad. Deste total, oito eram marcas de cerveja, uma de refrigerante e outra de energético.

A expectativa é que, neste ano, as despesas dos brasileiros com bebidas alcoólicas aumentem 11,3% em relação a 2024, para R\$ 40,5 bilhões, segundo cálculos do banco de dados IPC Maps.

De olho nesse potencial, o grupo Heineken tem patrocinado festivais de música e eventos esportivos, além de investir em campanhas. No calendário de eventos, a marca Heineken vai participar do Grande Prêmio da Fórmula 1, em São Paulo, e fará a sua estreia no festival Rock The

Mountain, no Rio de Janeiro, em novembro. Já a cervejaria Eisen-bahn, que também pertence ao grupo, será a patrocinadora do festival The Town, que acontece em setembro na capital paulista.

Outra cervejaria que aposta na música é a espanhol Estrella Galicia, que patrocinou as turnês dos cantores Alok, Gilberto Gil e Lini-ker. "Somos desafiantes em um mercado de dois gigantes", diz a diretora de marketing da empresa no Brasil, Renata Cecco, referindo-se aos grupos Heineken e Ambev. "Por isso, a nossa estratégia passa por construir o alcance e depois favorecer a experimentação dos nossos produtos."

A executiva não revela números, mas diz que a marca tem crescido no país desde fevereiro do ano passado, assim como o seu orçamento de marketing, que, em termos de investimento em mídia, está bastante focado em anúncios em streaming e nas redes sociais. Hoje, o Brasil é o segundo maior no mercado do grupo, ficando atrás apenas da Espanha.

Para o diretor-geral da PepsiCo Bebidas Brasil, Daniel Silber, o segredo para conversar com diferentes faixas etárias é manter a proximidade com o consumidor.

"Estamos sempre analisando os hábitos e comportamentos de cada faixa etária a fim de criar uma conexão genuína com o público", diz.

Um exemplo é a mudança da logomarca da Pepsi que agora estampa um ar nostálgico da década de 1980, em consonância com um certo saudosismo por parte da geração Z, por uma época não vivida por esses jovens. Segundo o executivo, as demais gerações também se sentem tocadas pela nova identidade visual.

Já a Gatorade, marca da PepsiCo, tem apostado no universo esportivo para estabelecer conexão com os jovens, patrocinando torneios de futebol e cobrindo custos de equipamentos e quadras para adolescentes carentes.

Silber afirma que, no primeiro semestre, o foco das campanhas de marketing foi em esportes. Isso aconteceu, porque a empresa completou 10 anos de patrocínio ao campeonato de futebol europeu Champions League, em 2025, e os anúncios e promoções foram nessa direção. "Nos próximos seis meses, vamos aumentar nossos esforços em reforço de marca."

A Coca-Cola e a Budweiser (cerveja da AB InBev) também investem em eventos esportivos. As duas são patrocinadoras da Copa do Mundo de Clubes da Fi-fa, cuja final será disputada no dia 13 de julho, nos Estados Unidos. O torneio inédito contou com quatro times brasileiros em campo - Fluminense, Palmeiras, Botafogo e Flamengo.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188256?page=10§ion=2>

Motta acena com diálogo após polêmica sobre IOF

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), criticou a "polarização social" em torno da derrubada do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) pelo Congresso. Ele afirmou, durante entrevista à TV Record, na noite da última sexta-feira, que não é verdadeira a narrativa de que o Congresso protege os ricos em detrimento dos pobres. Segundo Motta, o IOF é um imposto que impacta todas as classes sociais e tem um efeito difuso em toda a cadeia produtiva do país, inclusive com aumento de **inflação**. "Nós precisamos de diálogo, de verdade, de sabedoria para encontrar as saídas de que o Brasil precisa, sem jogar a população contra o Congresso", disse.

Motta acenou com a intenção de retomar o diálogo com o governo depois de ter sido chamado de "traidor" por governistas no episódio da votação do IOF. "Estamos prontos para retomar o diálogo", afirmou. "Temos uma ampla maioria do Parlamento contra aumento de imposto. Vamos sentar e discutir a medida e encontrar saídas para a questão fiscal e retomar a estabilidade de que o país precisa." Segundo Motta, a análise da MP 1303/25 não vai ser prejudicada, e o texto tem grandes chances de ser aprovado pelo Congresso. A medida trata da tributação de investimentos financeiros e de ativos virtuais (representações digitais de valores, como criptomoedas). Ela altera ainda algumas leis tributárias, como as que tratam do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Segundo ele, muito do que o governo mandou no texto será aceito, mas algum ajuste deve ser proposto pelos parlamentares. "Vamos repor aquilo que seria arrecadado com o IOF sem onerar o setor produtivo e a nossa população."

Em relação a outras pautas de interesse do governo federal, o presidente da Câmara afirmou, por exemplo, que o projeto de lei que concede isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil será aprovado pelo Congresso até o final do ano. Segundo ele, por se tratar de uma medida que faz justiça tributária. Ele afirmou que tem compromisso com essa pauta e destacou que o relator do texto, deputado Arthur Lira (PP-AL), deve apresentar seu parecer nos próximos dias.

VEJA OUTRAS PAUTAS CONTROVERSAS

Emendas parlamentares

O presidente da Câmara, Hugo Motta, afirmou que a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal declarar as emendas impositivas como inconstitucionais não será aceita pelo Congresso. Segundo ele, é uma questão que já foi pacificada entre os parlamentares e que tem rendido frutos positivos para o país. Motta disse que o Congresso conquistou essa impositividade. Para ele, dizer que a governabilidade é afetada pelas emendas impositivas não é verdadeiro. "O que algumas pessoas querem é que os deputados voltem a ter um pires na mão, nos ministérios, em uma

relação de dependência, e o governo imponha sua vontade."

CPMI do **INSS**

Questionado sobre o perfil do parlamentar que deve ocupar a relatoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar supostos desvios do **INSS**, Motta disse que o ideal é que seja o mais equilibrado possível, com imparcialidade para investigação, de forma a evitar um direcionamento. Segundo ele, a decisão sobre o nome será feita em conjunto com o Colégio de Líderes.

Anistia

Sobre o projeto que concede anistia aos condenados por tentativa de golpe de Estado, Motta afirmou que está em discussão um texto que inclua a progressão nas penas somente para pessoas que não tiveram papel de protagonismo em eventos antidemocráticos, como a invasão das sedes dos três Poderes, em Brasília. Segundo ele, trata-se de um projeto que pode contribuir com a pacificação do país. "Se puder resolver, em um amplo acordo, seria um problema a menos, que atrapalha a pauta do país, e seria positivo, mas não tem data, não tem texto, está sendo construído pelas duas Casas (Câmara e Senado)."

Fonte: Câmara dos Deputados

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Itália encurta distância para a Alemanha nos juros

Luana Reis

Se poucos anos atrás o mercado via riscos de uma fragmentação na Europa, onde um país tinha um custo de financiamento muito acima de outro, agora essa possibilidade parece estar menor. O "spread" entre os juros dos títulos da Itália e da Alemanha caiu ao menor nível em 15 anos e, em um momento no qual o mercado reavalia a densidade dos Treasuries, investidores passam a discutir se essa tendência na Europa pode representar o início de uma mudança estrutural nos mercados de juros europeus.

Na sessão de sexta-feira, a taxa dos BTPs italianos com prazo de dez anos estava em 3,449%, enquanto o retorno dos Bunds alemães de igual maturação marcava 2,607% - ou seja, o spread entre os juros dos dois papéis ficou em 0,842 ponto percentual, ou 84,2 pontos-base, menor nível desde 2010.

Historicamente os títulos italianos oferecem rendimentos mais altos do que os papéis de outros países europeus, diante de uma exigência dos investidores por prêmios de risco maiores devido à instabilidade política no país e ao elevado grau de endividamento do governo. No entanto, à medida que os agentes financeiros se mostram mais otimistas com o governo da primeira-ministra Giorgia Meloni e com seus esforços para controlar a dívida pública, o prêmio de risco exigido tem sido menor - e coincide com uma maior expansão fiscal na Alemanha. Como resultado, a distância entre os juros dos dois países tem diminuí-

do de forma expressiva neste ano.

Os italianos BTPs sempre pagaram juros mais elevados. Os Bunds, por outro lado, sempre foram considerados uma referência de porto seguro na renda fixa europeia. No entanto, com a vitória de Friedrich Merz como chanceler alemão e um programa de governo que prevê aumento dos gastos públicos, o mercado voltou a exigir um prêmio de termo ("term premium", que é requisitado pelo mercado para poder carregar os títulos por um período maior) mais elevado, já que as emissões de dívida da Alemanha tendem a aumentar.

A estrategista sênior de renda fixa Lauréline Renaud-Chatelain, da Pictet Wealth Management, lembra que, durante as eleições na Itália, havia um temor por parte

do mercado de que o governo de Meloni trouxesse instabilidade para a política. No entanto, os esforços para equilibrar as contas públicas do país têm sido bem vistos pelos agentes financeiros, o que retirou boa parte do prêmio de risco que havia sido precificado pelos operadores nos rendimentos dos títulos públicos italianos, contribuindo para que os juros diminuíssem.

Além disso, ela aponta que, no ano passado, a Itália apresentou um déficit menor que o previsto pelo mercado, o que gerou um alívio, mesmo sem atingir a meta de 3% do PIB exigida pela Comissão Europeia. "Isso indica que continuam no caminho certo em termos de consolidação fiscal. A Itália também se beneficiou de um forte crescimento no ano passado, o que foi claramente um fator positivo."

O mercado de dívida da Itália, que é o segundo maior da Europa,

também tem se beneficiado do fluxo de saída de capital dos Estados Unidos por investidores que buscam maior diversificação. "Tradicionalmente, grandes investidores europeus aplicam mais nos EUA, mas hoje o diferencial de juros [entre Treasuries e BTPs] já não compensa tanto. Fica atrativo investir localmente", avalia a estrategista.

Outro diferencial é o fato de a maior parte da dívida italiana estar concentrada na mão dos investidores domésticos, o que Renaud-Chatelain vê como algo positivo. "A base doméstica de detentores dessa dívida é bastante ampla e, potencialmente, mais estável do que alguns estrangeiros, que podem ser mais influenciados, por exemplo, pelos custos de 'hedge' cambial ou por algum ruído político, diferentemente dos investidores locais", argumenta.

Já na Alemanha, com o recém-aprovado pacote de expansão fiscal, o cenário tem sido o inverso, assim como em outros países europeus. Na semana passada, as taxas dos britânicos Gilts dispararam, em meio a temores de queda da ministra de Finanças, após uma derrota em um projeto de reforma

do sistema de bem-estar social. Na França, o déficit orçamentário tem sido maior que o esperado e há um aumento da instabilidade política, com desafios de reformas econômicas que apontem para um caminho

mais responsável.

Nesse sentido, a estrategista da Pictet também observa uma compressão nos spreads de juros de outros países periféricos, como Grécia e, em menor grau, Portugal e Espanha. "De um lado, os países centrais estão sinalizando, ou já seguindo, uma trajetória de aumento do déficit. Do outro, os países periféricos seguem na direção oposta, mantendo algum grau de disciplina fiscal", afirma. Na visão da Pictet, os títulos soberanos da periferia europeia, principalmente os da Itália, são atrativos. No entanto, com o spread abaixo de 1 ponto, o potencial de valorização se torna mais limitado, avalia a estrategista.

Na visão do Barclays, o estreitamento contínuo dos spreads de juros europeus reflete a dissolução das distinções entre os títulos de dívida pública da periferia e do núcleo da zona do euro - algo que deve se tornar uma tendência. Embora a diferença pareça estar chegando no limite, o banco britânico diz que há espaço para ainda mais compressão, com uma faixa-alvo entre 0,7 e 1,2 ponto entre BTPs e Bunds.

Os estrategistas de renda fixa do banco, Alessandro Di Spirito e Rohan Khanna, dizem que, muitas vezes, esse nível próximo a 1 ponto de spread costuma afastar os compradores de BTPs, devido a "precedentes dolorosos, marcados por incertezas políticas, temores sobre uma saída da Itália do euro e, claro, o delicado equilíbrio entre crescimento e sustentabilidade fiscal".

Desta vez, no entanto, eles acham que será diferente. "Os BTPs operarem nos níveis mais apertados em uma década não é uma anomalia, mas sim parte da transição para um cenário em que a distinção entre núcleo e periferia desaparece [na Europa]", afirmam os profissionais do Barclays. "Isso sugere que o spread de equilíbrio entre BTPs e Bunds deve estar mais baixo de forma estrutural."

Na mesma linha, o estrategista-chefe de renda fixa europeia do UBS, Reinout de Bock, se mostra otimista com a Itália e revela que o banco suíço está com uma posição comprada nos BTPs de longo prazo, com um preço-alvo de 3,25% para a taxa de dez anos. Para ele, as mudanças que estão tornando o país mais atrativo para os investidores vieram para ficar.

"O governo tem demonstrado compromisso com a estabilidade fiscal, com superávits primários projetados para os próximos anos. A Itália também possui superávit em conta corrente, o que significa que não precisa recorrer a financiamento externo", nota Bock. "Como ativo financeiro, a dívida italiana oferece 'carry' positivo e um diferencial de juros atrativo em

relação a outros títulos soberanos", diz. Isso, porém, não significa que os títulos alemães devam ter uma demanda menor. "A elevação de gastos fiscais é, em certa medida, algo a ser observado. Mas, mesmo se a relação dívida/**PIB** da Alemanha subir um pouco, não vejo isso afetando sua posição como ativo de referência na Europa."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188256?page=20§ion=1>